ATA DA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 29-5-2017.

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Rafão Oliveira, Roberto Robaina e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados o Projeto de Lei do Legislativo nº 144/17 (Processo nº 1281/17), de autoria de Felipe Camozzato, e o Projeto de Lei do Legislativo nº 010/17 (Processo nº 1000/17), de autoria de Mauro Pinheiro. Também, foi apregoado o Ofício nº 847/17, do Prefeito, encaminhando Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei do Executivo nº 001/17 (Processo nº 1304/17). A seguir, foi apregoado Requerimento de autoria de Paulo Brum, Líder da Bancada do PTB, solicitando, nos termos do artigo 218, § 6º, do Regimento, Licença para Tratamento de Saúde para Dr. Goulart, do dia vinte e nove de maio ao dia quatro de junho do corrente, tendo o Presidente informado que Rafão Oliveira tomou posse em substituição na manhã do dia de hoje e que passou a integrar a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra a Rafão Oliveira, nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em continuidade, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado, nos termos do Requerimento nº 104/17 (Processo nº 1366/17), de autoria da Mesa Diretora, a assinalar o transcurso do Dia Internacional dos Pacificadores das Nações Unidas. Compuseram a Mesa: Cassio Trogildo e Valter Nagelstein, presidindo os trabalhos; Claudio Luis Estrella Pereira, representando a Capitania dos Portos de Porto Alegre; Andreis Silvio Dal'Lago, Comandante-Geral da Brigada Militar; Alfredo Marcelino de Souza Filho, Presidente da Associação Brasileira de Integrantes do Batalhão Suez – RS –; Marcelo Gomes Frota, Presidente da Associação da Brigada Militar; e Jerônimo Santos Braga, da Legião da Reserva Ativa da Brigada Militar. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se, Comandante Nádia, em nome da Mesa Diretora. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Mônica Leal. A seguir, o Presidente concedeu a palavra a Andreis Silvio Dal'Lago, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta e seis minutos às quinze horas. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mauro Zacher, solicitando alteração

na ordem dos trabalhos da presente Sessão. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Silmar Maximo, Presidente da Associação dos Moradores de Rua da Grande Porto Alegre, que discorreu sobre condições dos moradores de ruas. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Tarciso Flecha Negra, Fernanda Melchionna, Sofia Cavedon, Roberto Robaina e Airto Ferronato manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e dezenove minutos às quinze horas e vinte minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon e Fernanda Melchionna. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Dr. Thiago e Adeli Sell, este em tempo cedido por Sofia Cavedon. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Roberto Robaina. Às quinze horas e cinquenta e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Após, foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Felipe Camozzato, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 001/17 (Processo nº 0002/17). Em Votação, esteve o Requerimento nº 121/17 (Processo nº 1542/17), o qual, após ser encaminhado à votação por Cláudio Janta, teve sua votação suspensa em face da aprovação de Requerimento verbal formulado por Cláudio Janta, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, por trinta votos SIM, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Rafão Oliveira, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 001/17 (Processo nº 0002/17), após ser discutido por Sofia Cavedon, Roberto Robaina, Comandante Nádia, André Carús, José Freitas, Cassio Trogildo, este duas vezes, Fernanda Melchionna, Cláudio Janta, Adeli Sell e Mauro Pinheiro e encaminhado à votação por Rafão Oliveira, Mônica Leal, Felipe Camozzato, Comandante Nádia e Sofia Cavedon. Durante a apreciação do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 001/17, Luciano Marcantônio cedeu seu tempo de discussão a Cassio Trogildo. Também, Cassio Trogildo afastou-se da presidência dos trabalhos, nos termos do artigo 22 do Regimento. Na oportunidade, foi apregoado Requerimento de autoria de Felipe Camozzato, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 001/17. Também, foram apregoadas as seguintes Emendas ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 001/17: nº 03, assinada por Felipe Camozzato; e nºs 04 e 05, assinadas por José Freitas. Ainda, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando que as Emendas nºs 01, 03, 04 e 05 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 001/17 fossem votadas conjuntamente. Foram votadas conjuntamente e aprovadas as Emendas

n^{os} 01, 03, 04 e 05 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo n^o 001/17. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo n^o 001/17, por trinta e um votos SIM, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Gilson Padeiro, José Freitas, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Rafão Oliveira, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo n^o 207/15 (Processo n^o 2060/15), após ser encaminhado à votação por Paulo Brum. Foi aprovada a Emenda n^o 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo n^o 207/15. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo n^o 207/15. A seguir, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Fernanda Melchionna. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Também, Dr. Thiago formulou Requerimento verbal, indeferido pelo Presidente, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Ainda, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foram aprovados os Requerimento n^{os} 122 e 118/17 (Processos n^{os} 1566 e 1495/17, respectivamente). A seguir, foram aprovados Requerimento verbais formulados por Sofia Cavedon e Mauro Pinheiro, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foram aprovados a Indicação n^o 012/17 e o Requerimento n^o 069/17 (Processos n^{os} 1053 e 0871/17, respectivamente). Às dezessete horas e trinta e nove minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Fernanda Melchionna, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1^a Sessão, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo n^{os} 015 e 016/17 e os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 185 e 233/16 e 099/17; em 2^a Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 074 e 077/17 e o Projeto de Resolução n^o 023/17, estes três discutidos por Reginaldo Pujol. Durante a Sessão, Moisés Maluco do Bem manifestou-se acerca de assuntos diversos. Às dezessete horas e quarenta e sete minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Valter Nagelstein e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1^o Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Paulo Brum, na condição de Líder da Bancada do PTB, e nos termos do art. 218, § 6º do Regimento, solicita Licença para Tratamento de Saúde para o Ver. Dr. Goulart, no período de 29 de maio a 04 de junho de 2017. O Suplente, Ver. Rafão Oliveira, foi empossado hoje pela manhã, no Gabinete da Presidência, e integrará a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB.

O Ver. Rafão Oliveira está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

O SR. RAFÃO OLIVEIRA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, todos que estão nos prestigiando, público que nos assiste, boa tarde. É com muita honra e gratidão que assumo esta cadeira na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Assumo de forma interina e, de coração, espero que seja muito breve. Isso porque estou assumindo no lugar do Ver. Dr. Goulart, que se licencia para tratar da saúde. Que essa licença seja breve e que o Dr. Goulart volte logo para cá. Ainda que interinamente, este momento é muito especial. É especial para mim, para minha família e, principalmente, para os 4.094 porto-alegrenses que estão aqui comigo neste momento. Essas mais de 4 mil pessoas confiaram no projeto que apresentei nas eleições. E, neste momento, conto como seu representante aqui. Porém, não são apenas eles que represento, não é somente pelos que votaram em mim que estou aqui. Tomo a liberdade de dizer que estou aqui por todos os esquecidos, por todos nós, cidadãos de bem, trabalhadores honestos e assustados. Estou aqui pela imensa e silenciosa maioria de pessoas de nossa Cidade. Não digo que estou aqui por todos os cidadãos, não mesmo! Não me candidatei e não assumo este cargo por aqueles que trazem o pavor à nossa Cidade, nem por quem faz de conta que a bandidagem é formada por anjinhos abandonados pela sociedade. Se decidi encarar a possibilidade de abrir mão do meu relativo conforto e da estabilidade do meu cargo na Polícia Civil, de Comissário de Polícia, para me meter na política, numa das áreas mais desacreditadas pela população, é porque tenho uma missão. E, como policial, missão dada é missão cumprida. E minha missão é grandiosa, senhores, sei que as possibilidades do Vereador são limitadas, mas todas as ações de um homem público têm importância. E nós temos que começar de alguma forma, eu começo aqui, nesta tribuna, falando em nome dos esquecidos, representando a população assustada, apavorada e paralisada.

Senhores, represento aqui cada vítima da nossa violência, represento um dos mais de 60 mil brasileiros assassinados no último ano, represento cada vítima que morreu sem poder se defender, porque foi desarmada por governantes cheios de discursinhos humanitários lindíssimos, que vivem num mundo de fantasia, que fazem de conta que bandido respeita as leis e estatutos. Represento as famílias dessas vítimas, que certamente não foram visitadas por nenhuma ONG dos direitos humanos, que não foram acolhidas por nenhum deputado que canta por aí que trabalha pelos oprimidos. Oprimidos somos todos nós, pessoas de bem, ordeiras, nós só queremos viver nossas vidas. Bandido que pega em arma, que ameaça a vida de inocentes por qualquer coisa, bandido que leva a destruição das drogas para os nossos jovens, que rouba os bens que

conquistamos com tanta dificuldade, que estupra covardemente, que sequestra, que mata, essa escória não é vítima! Nós somos as vítimas! Só que eles, a bandidagem fortemente armada, imensamente covarde, recebem todas as atenções: dos governos, das ONGs e associações, dos veículos de comunicação. São muitos os que não podem ver um bandido morto sem chorar contra a violência policial e o abandono da sociedade, que não teria acolhido o pobrezinho...!

Recentemente se levantou uma polêmica em Porto Alegre. Alguns cidadãos assustados, amedrontados pregaram cartazes em seus bairros dizendo que estavam armados e que reagiriam contra a ação de bandidos. Imediatamente, jornalistas se apresentaram e criticaram a iniciativa dizendo que isso era acirrar a violência. Ora, acirrar a violência?! Como se um papel tivesse a mesma força de uma bala disparada sem motivo contra um chefe de família, um pai de família. Como se um aviso fosse tão criminoso quanto à ação de quem estupra uma menina indefesa. Onde estão os jornalistas, onde estão os políticos e ativistas, tão preocupados com a vida humana, a cada vez que um policial é morto em batalha? Onde estão vocês? Onde estão vocês?!

É por isso que estou aqui, senhores, para falar em nome dos esquecidos, dos policiais, que só são lembrados para serem criticados, policiais mal equipados, mal pagos e que, mesmo expostos a situações de extrema risco, jamais recuam, vão sempre adiante para servir e proteger. Falo em nome dos policiais, que só contam um com os outros e com Deus. Aliás, tem gente que só lembra de Deus e dos policiais na hora do aperto, do medo e do pavor. Quando a situação se acalma, quando está tudo bem, Deus é esquecido, e o policial volta a ser alvo de críticas. É por Deus que estou aqui. Foi Ele quem me deu esta missão. E também pelos policiais, pelas famílias e por todas as pessoas que não aguentam mais governos que não as protegem e não permitem que se protejam.

E para quem quiser me tachar, me colocar algum rótulo, já aviso que é perda de tempo. Eu não tenho lado, eu não tenho interesse por trás. Não tenho minoria para ajudar e angariar vantagens. Meu lado é o lado da verdade, é o lado do que é certo! Não me importa a cor da bandeira política. Se você não gosta de bandido, você é meu amigo. Isso eu digo há quase 30 anos. São três décadas de dedicação como policial, como instrutor de tiro, lutador, professor e, agora, político, sempre trabalhando por um único motivo: pela vida humana, pela segurança das pessoas. Sem isso, sem segurança, nada importa, nada adianta direito sem segurança. Conquistas sociais, crescimento econômico, nada tem sentido se a vida não for garantida. Assim, faço a minha parte. Convido todos à reação, defendendo, apoiando e ajudando os policiais, posicionando-se nas escolas, nos bairros, no trabalho e na imprensa, a favor de ação, pela segurança e pela vida, lutando contra o Estatuto do Desarmamento, que só fez desarmar as pessoas honestas, enquanto a bandidagem está cada vez mais armada, covarde e assassina; cobrando de Vereadores, Deputados, Senadores e governantes toda a concentração possível em investimentos e ações de segurança pública.

Vamos reagir juntos, por Deus, por nossos pais, por nossos filhos, por nossa Porto Alegre! Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. COMANDANTE NÁDIA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrarmos no período de Comunicações. Após retornamos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do Dia Internacional dos Pacificadores das Nações Unidas “Peacekeepers/Boinas Azuis”, nos termos do Requerimento nº 104/17, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Capitão de Corveta Claudio Luis Estrella Pereira, representante da Capitania dos Portos de Porto Alegre; o Sr. Coronel Andreis Silvio Dal’Lago, Comandante-Geral da Brigada Militar; o Sr. Alfredo Marcelino de Souza Filho, Presidente da Associação Brasileira de Integrantes do Batalhão de Suez/RS; o Sr. Coronel da Reserva Marcelo Gomes Frota, Presidente da Associação da Brigada Militar; o Sr. Coronel Jerônimo Santos Braga, representante da Legião da Reserva Alti da Brigada Militar. Sejam todos bem-vindos à Câmara Municipal de Porto Alegre.

A Ver.^a Comandante Nádia, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Nesta tarde, dia 29 de maio, quero prestar minhas homenagens por meio da nossa Mesa Diretora às festividades alusivas ao Dia Internacional dos Pacificadores das Nações Unidas, Peacekeepers, conhecidos mundialmente por Boinas Azuis. A ONU homenageia, neste dia, todos os homens e todas as mulheres que serviram e que continuam a servir nas operações de manutenção da paz além de honrar a memória das tropas que perderam a vida na causa da paz. Assim destacam: “Honramos os nossos heróis, os mais de um milhão de mulheres e homens que serviram sob a bandeira azul com orgulho distinção e coragem desde a primeira Missão de Paz da ONU, quando desdobrada em 1948”. A participação do Brasil nas missões de paz ocorre num primeiro momento através do Exército Brasileiro, da Marinha, da Força Aérea Brasileira – FAB, e posteriormente, com a inclusão das Polícias Militares. Nesse sentido o Brasil possui um histórico relevante nas missões de paz, sendo a sua primeira participação com o Exército Brasileiro por meio do nosso querido Batalhão de Suez. Com uma unidade de Infantaria, no período de janeiro de 1957 a julho de 1967, e aqui relembro que meu tio, Cel. Jerônimo, esteve nessa missão de paz também em 1967. Inicialmente, foi um efetivo, aproximadamente, de 600 homens cuja missão objetivava separar forças egípcias e israelenses. Durante os dez anos de participação do Batalhão

de Suez, o Exército Brasileiro contribuiu com o efetivo, aproximadamente de seis mil homens. A participação de policiais militares, Cel. Andreis, nas missões de paz ocorreu, primeiramente, em 1992, no cumprimento de uma missão na Iugoslávia, com um contingente de 23 policiais militares. Mas hoje, em especial, por conta das comemorações dos nossos 180 anos da Brigada Militar, no próximo dia 18 de novembro, vou me determinar um pouco mais a participação dos oficiais da Brigada Militar nessas tão honrosas missões iniciadas no ano de 1992, quando 11 oficiais, todos do posto de capitão, foram indicados para a operação de manutenção de paz em El Salvador. Desde então, a Brigada Militar vem participando ativamente em missões, seus oficiais são selecionados internamente pela experiência profissional e conhecimento de idiomas. Depois de aprovados, seguem as coordenadas da ONU para compor o efetivo da polícia do Brasil na ONU, para atuarem em diversos países, nas diferentes missões, como, por exemplo, El Salvador, Guatemala, Haiti, Timor Leste, Kosovo, Sudão do Sul e Guiné Bissau. A missão do policial da ONU é melhorar a paz e a segurança internacionais, apoiando os estados-membros da ONU em conflitos, pós-conflitos e em outras situações de crise. A atuação baseia-se na polícia comunitária, no uso de serviços de inteligência e no claro empenho em promover os direitos humanos e a proteção dos civis. Também atuam em outras missões como, por exemplo, em casos de violência sexual, violência de gênero, em crimes de maior potencial ofensivo e contra o crime organizado. Nossos gloriosos oficiais, ao participarem dessas missões, muito nos orgulham, pois levam o nome do nosso País e do nosso Estado para além-fronteiras, evidenciando todo o preparo técnico, além das habilidades e competência que os mesmos colocam em prática em cada missão às quais são destinados. Tal distinção é evidenciada por ocasião do convite da ONU a um oficial da Brigada Militar, Capitão Ricardo Freitas da Silva, que hoje atua como Subchefe do Departamento de Segurança e Salvaguarda das Nações Unidas no Chile, sendo, até a presente data, o único oficial do Estado a encontrar-se nessa situação. Isso decorre da conduta e da formação ilibada dos oficiais da Brigada Militar.

Solicito que todos assistam a esse pequeno vídeo que demonstra todo o nosso carinho a todos os Boinas Azuis, do Exército, da FAB, da Marinha, mas, especialmente, da nossa Brigada Militar, que completa 180 anos agora em 2017.

(Procede-se a apresentação do vídeo.)

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Com certeza, é uma pequena homenagem, mas tenho certeza que todos os Boinas Azuis ali se reconhecem.

Por derradeiro, nosso reconhecimento a todos os Boinas Azuis, querido Alfredo, do Batalhão de Suez; e, principalmente, aos 22 oficiais que participaram das missões de paz. Lamentavelmente, três faleceram, mas, hoje, muitos estão neste plenário participando desta homenagem, alguns da Reserva, outros, da Ativa da nossa Brigada Militar que, com justo orgulho, portam a boina azul, símbolo máximo das Forças de Paz.

Nosso afetuoso abraço e reconhecimento por suas atuações, especialmente, por honrarem as tradições das polícias militares, da nossa Brigada Militar, do nosso povo do Estado do Rio Grande do Sul. Para os senhores, Boínas Azuis, a minha admiração, minhas homenagens e minha continência.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado, Ver.^a Comandante Nádia. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Também saúdo a todos os nossos policiais militares participantes das importantes missões de paz pelo Dia Internacional dos Pacificadores das Nações Unidas.

Eu quero registrar a minha admiração por estes cidadãos que servem à Pátria e aos seus compatriotas. Desde o momento em que decidem pela carreira militar, numa trajetória de dedicação e doação sem fim e nela vão encontrando variados desafios, entre eles, a ida às missões de paz ao redor do mundo quando ganham a nobre oportunidade de servir ao próximo ainda mais, ao ajudar a levar esperança a locais afetados por conflitos, guerras e desastres naturais, promovendo a segurança, a integração, o voluntariado e o atendimento às mais diversas necessidades humanitárias. Imagino que não há como não voltar diferente de uma experiência desse porte, quando vão, em missão, para transformar o mundo, e assim, por certo, se transformarem também. Meus cumprimentos aos Boínas Azuis, esses soldados da paz, ao seu fundamental trabalho pelo bem da sociedade. Quero agradecer a oportunidade de mais uma vez estar aqui nesta tribuna da Câmara Municipal de Porto Alegre representando o povo da Capital dos gaúchos e, principalmente, honrando o nome do meu pai, Pedro Américo Leal. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Sr. Andreis Silvio Dal’Lago, Comandante-Geral da Brigada Militar, está com a palavra.

O SR. ANDREIS SILVIO DAL’LAGO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Foram 25 anos de participação da Brigada Militar na missão de paz da ONU. Há 25 anos que brigadianos integram essa força e, lá fora, honram o nosso Estado, sobretudo, honram a Brigada Militar, levando a disciplina, a hierarquia e o alto grau de capacidade técnica, de desempenho da missão específica da ONU como força de paz. Foram 26 participações, 7 missões. Nessas missões, eu preciso fazer uma

referência: uma das primeiras foi em El Salvador, onde nós tivemos um grupo bastante grande de capitães, alguns aqui presentes, hoje na reserva. Lá, durante aquela missão, nós perdemos o Capitão Edmur Wagner, falecido no transcorrer da missão. Foi homenageado com um monumento em frente ao prédio central do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil.

Há pouco me perguntaram por que a Brigada integra a força de paz da ONU em países estrangeiros. Neste momento, nós temos o Capitão Wasenkeski, que está na Guiné-Bissau, e o Major Átila, que está no Haiti, já em processo de retorno. Eu pergunto: o que fazem os Boinas Azuis? São uma força de paz. Exatamente, uma força de paz, e essa é a vocação da Brigada Militar: a paz, a construção da paz social, o bem-estar social, a organização comunitária nos locais exatamente com maior vulnerabilidade social. Esses brigadianos lá estiveram e estão com muito sacrifício pessoal, familiar e institucional: sacrifício pessoal porque se prepararam e estão em um território muito hostil muitas vezes, em locais de alta vulnerabilidade social com a presença de situações adversas de ordem bélica; sacrifício da família, sim, porque lá estão, ficam um, dois, três anos, muitas vezes sem quantidade de retorno; sacrifício institucional, sim, até para sua carreira porque deixam sua atividade cotidiana na polícia ostensiva aqui no Estado para se deslocarem para lá. E muitas vezes, nesse período, tiveram prejuízos funcionais pela não compreensão, da relevante missão que cumprem no território estrangeiro. Esses brigadianos estavam, estão e continuarão indo para estes locais cumprir, como citei há pouco, a missão institucional da Brigada Militar: a paz social.

Brigadianos e brigadianas aqui em nosso Estado promovem, sim, a paz social em locais, sim, de alta vulnerabilidade social, talvez evidentemente sem aquele aparato bélico, sem o desfecho bélico, sem a gravidade em que estão os brigadianos na força de paz. Mas os brigadianos e brigadianas estão agora, neste momento, em muitos locais na Capital e no Estado, atuando na organização comunitária, mediando conflito em locais de alta vulnerabilidade social; portanto, os brigadianos têm essa vocação e tem honrado além-fronteiras; portanto meus cumprimentos. A Brigada Militar nunca teve talvez a oportunidade, Comandante Nádia, de reunir esses Boinas Azuis e o comando da instituição. Eu faço agora, em nome de todos os integrantes da Brigada Militar, meu agradecimento a cada um dos senhores que estiveram além-fronteiras, honrando nosso Estado, sobretudo a nossa Brigada Militar, bem cumprindo a missão, tanto é que, anualmente ou sempre que uma missão da ONU é aberta, a Brigada é consultada e instigada, Presidente, a participar pela alta capacidade do nosso potencial humano. Senhoras e senhores, o meu agradecimento aos Boinas Azuis. Ver.^a Comandante Nádia, muito obrigado por essa relevante e importante oportunidade, a primeira, certamente não será a única. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Senhoras e senhores, então, chegamos ao final deste momento, quero agradecer muito as palavras do nosso

comandante, Coronel Andreis Dal'Lago, mais uma vez, cumprimentá-lo pelo papel da nossa Brigada Militar, por aquilo que desempenha, e quero cumprimentar também os senhores. Há pouco falava aqui com meu amigo André Cunha, colega dos senhores, Presidente do Instituto Boina Azul, que hoje tem 8 mil sócios e 120 núcleos constituídos aqui, no Rio Grande do Sul, que demonstra exatamente isso: num país que não tem disputa de fronteira, um país que não tem necessidade de fazer projeção de poder, um país que tem uma natureza pacífica como o Brasil, parece-me que os Boínas Azuis dão exemplo exatamente disso, comparecendo em locais de conflitos, como disse o nosso comandante, com situações bastante inóspitas e levando aquilo que é o espírito do brasileiro, o espírito de apoio, de solidariedade, de paz, mas que, eventualmente, se tiver que usar somente a força também está pronto para este emprego. Quero, portanto, em nome da Mesa, agradecer muito. A Mesa é representativa de todos os 36 Vereadores, na pessoa da nossa Ver.^a Comandante Nádia, que foi quem subiu à tribuna para nos representar.

E quero dizer que, mais uma vez, a Nação brasileira, tenho certeza, tem muito orgulho do trabalho que cada um dos senhores, das senhoras fizeram ao longo desse tempo, desde a intervenção no Canal de Suez, passando mais recentemente pelo Haiti, pelo Timor, enfim, por tudo que se mostrou aqui, vocês representam, de fato, um orgulho para o Brasil. Sejam sempre muito bem-vindos aqui, nesta Casa. Comandante, obrigado por suas palavras. Cumprimento a presença do Coronel Cantagalo, nossa ligação com o Comando Militar do Sul; e quero também referir a presença do meu chefe de gabinete, o Brigadeiro Dias, que foi o nosso comandante da Base Aérea de Canoas e que é uma referência no mundo militar também.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e convido a todos os senhores para, por favor, fazermos uma foto.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h56min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h): Estão reabertos os trabalhos.

O SR. MAURO ZACHER (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação dos Moradores de Rua da Grande Porto Alegre que tratará sobre as condições dos moradores de rua. O Sr.

Silmar Maximo, Presidente da Associação, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. SILMAR MAXIMO: Cumprimento todas as Vereadoras e os Vereadores de Porto Alegre. Faço parte da Associação dos Moradores de Rua da Grande Porto Alegre, junto com a fundação de associações Jesus é o Caminho, na Estrada do Lami. Vou ler: “A pesquisa mostra que a maior parte da população abordada pelo estudo dorme cotidiana e prioritariamente em lugares de risco, improvisados e com forte exposição ao clima. Os principais motivos da ida para a rua são a instabilidade familiar, o uso de drogas e de álcool. Um quarto dos entrevistados afirmou estar há menos de um ano vivendo em espaços públicos da cidade, fazendo de marquises, viadutos e praças suas residências, como Viaduto da Borges de Medeiros, Centro de Porto Alegre, viaduto da Dona Leopoldina, Viaduto da Conceição, Praça da Matriz, etc. Para eles, morar na rua passa a ser uma normalidade devido a estarem há tantos anos nessa condição social; sair dela passa a ser um processo mais lento.

A maioria da população de rua é masculina, nasceu em Porto Alegre ou na região metropolitana e tem mais de 35 anos. A maior parte possui o ensino fundamental incompleto. Nestes aspectos o morador de rua assume condições desumanas de vida e, mais ainda, constrange e agride uma enorme parcela da população que tem extrema dificuldade de identificar o assaltante do frágil e debilitado habitante de nossas ruas, que deseja apenas uma esmola para conseguir chegar ao final do dia, alimentado precariamente.

É um gravíssimo problema que enfrentamos hoje na Grande Porto Alegre, não tendo atendimento nos ambulatórios, não tendo hospitais como no Santa Marta, não havendo projetos que capacitem o morador de rua sair das ruas. É doloroso, porque não se trata de um trabalho apenas para preencher uma pesquisa, mas de recolher e ajudar a ordenar na forma de histórias de vidas abandonadas, violentadas, humilhadas pelo desprezo alheio, que ainda preservam em sua essência o desejo do amor, do carinho, da atenção e do respeito. O que é certo, o que é errado, afinal de contas? Que Cidade é esta em que vivemos, em que os ditos cidadãos de bem se trancafiam em suas casas atrás de grades e fecham o vidro do carro rapidamente diante de pedintes que podem ser assaltantes? Vive-se com medo do outro, que, de fato, pode matar. Mas também tem um outro que simplesmente vive na praça, não quer saber de violência, a não ser como autodefesa diante da própria fragilidade. Uma pessoa que quer ter o direito de permanecer e circular pelas ruas sem ser espancada ou barrada por quem quer que seja. Seria possível um projeto social para ajudar essas pessoas com oficina de artesanato, escrita, leitura, reciclagem, capacitando e incentivando os moradores de rua a sair dessa forma da situação em que se encontram nas ruas?

Também quero dizer àquele Vereador que foi Secretário do DMLU, o projeto dele, Reciclar faz Bem, foi um grande projeto, hoje não existe mais. E também quero dizer aqui, tem moradores de rua que estão se queixando, Ver. Cassio Trogildo, Ver. Tarciso, o Tinga, do futebol lá da Tinga, mandou lembrança para o senhor, a gurizada lá está jogando, viu? Quero dizer que aquele caminhão que lava as calçadas de

madrugada, além de lavar a calçada com água fria, molha todo mundo e joga água sanitária com creolina nas pessoas! Falta de respeito! Eu marquei uma reunião com o Diretor do DMLU também. Estão dizendo que a população de rua toma parte da calçada, Ver.^a Sofia, mas como tem o Ver. Adeli, que foi Secretário da SMIC, e tem o Ver. Idenir Cecchim e o Ver. Valter Nagelstein, será que aquele projeto que está lá escrito não é lei, ou está lá só no papel? Vários vendedores ambulantes tomaram conta das ruas. Nas ruas de Porto Alegre não dá mais para andar, não é o morador de rua que ocupa aquele lugar, não. Nós precisamos de um projeto social, e, junto com o projeto social, nós também estaremos entrando com a Associação do Porto Mauá, para pegar um daqueles armazéns para fazer esse projeto social. Conto com o apoio de vocês. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Casio Trogildo): Convido o Sr. Silmar Maximo a fazer parte da Mesa. O Ver. Tarciso Flecha negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, quero cumprimentar aqui o Sr. Silmar e dizer do coração que tu tens, buscando por esse povo, nossos irmãos, muitos lá por falta de opção. É uma tristeza quando eu vejo o que está acontecendo na própria São Paulo, o que está acontecendo aqui em Porto Alegre. Muitas pessoas não têm opção. Dorme-se ao relento, com chuva, aquilo que tu disseste, de jogar água sanitária, de expulsá-lo. Tu tens esse coração lutando por esses nossos irmãos. Então, eu quero te dar, Silmar, meus parabéns, conte com este Vereador, que estarei te ajudando também nesta luta. Eu vou muito nas periferias, nas vilas buscando dar a parte do lazer às crianças e aos adolescentes para que, quando cheguem à vida adulta, não tenham que passar por tudo isso aí, tenham a opção de ser um cidadão em Porto Alegre. Mais uma vez, parabéns por essa garra, essa vontade e pelo coração que tu tens, buscando pelos nossos irmãos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Presidente, eu queria cumprimentar o Sr. Silmar Maximo, Presidente da Associação, que a gente conhece, está assiduamente também fiscalizando a atuação dos Vereadores aqui na Câmara de Vereadores, que é muito importante, primeiro, pela ideia do controle da população sobre o conjunto da Câmara de Vereadores e, mais do que isso, a necessidade de tirar da invisibilidade uma pauta muito importante, Silmar, que é justamente as vítimas desta extrema desigualdade social dos que se encontram em situação de rua e acabam, muitas

vezes, sendo mais vulnerabilizados ainda pelo Estado, em função das violências que a população sofre. Foi trazida aqui a questão da expulsão das pessoas, a violência de tirar pertences, ou, como vimos na Copa do Mundo de 2014, a retirada forçada das pessoas em situação de rua para tentar fazer uma cidade para inglês ver, desrespeitando os direitos dos moradores de rua, e, muito mais do que isso, tentando tapar o sol com a peneira de um problema social, que tem muita irresponsabilidade dos governos, ainda mais agora que estamos vivendo uma crise econômica brutal, que aumenta e muito o contingente de desempregados. Nós vimos aumentar o número de pessoas em situação de rua, pessoas que perderam o emprego, pessoas que são vítimas de violência na sua casa, crianças que saíram dos abrigos ao completar 18 anos e acabaram em situação de rua por falta de políticas transversais. Vemos a falta de capacitação, a tentativa de retirar, inclusive, os equipamentos educacionais, como vimos com a tentativa de fechar a Escola Porto Alegre, a questão do álcool e drogas, a importância de a gente ter os CAPS AD para ajudar.

Eu quero te parabenizar por teres vindo e dizer também da importância da mobilização, da união da Associação que tu estás presidindo, junto com outros movimentos da população em situação de rua, porque a gente sabe que só isso vai garantir tirar esta pauta da invisibilidade e, sobretudo, conquistar direitos em uma cidade que está desmontando a sua política de assistência social, fruto desse governo neoliberal do Marchezan. Conta conosco nesta luta em favor das pessoas em situação de rua.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, é muito grave o que o Silmar Maximo traz aqui para nós. Eu quero te parabenizar pela coragem e pela importante presença. Este tema da situação de rua já era um tema agudo antes do novo governo. Eu imagino como deve ter piorado a situação, em função dos cancelamentos dos contratos terceirizados da FASC. Eu sei que o POP 1 estava fechado. Não sei em que situação está agora.

Ver. Tarciso, a vida está muito dura com a assistência social completamente desmontada. Amanhã, aqui, a partir das 13h, haverá uma grande audiência sobre este tema. Quero te convidar e dizer que os usuários da assistência social da Cidade toda estarão aqui na Casa, porque não há condições de a Cidade não ter esse atendimento fundamental para o acesso aos programas federais, ao recurso federal.

A situação do morador de rua adulto é uma situação aguda, e nós precisamos de uma ação pró-ativa como uma prioridade. A discussão que fizemos na reestruturação das Secretarias, um projeto que vai ser votado aqui, ficou uma Secretaria responsável por sete pastas, a Secretária Paludo. E, por melhor que ela seja, tem que dar conta do esporte, tem que dar conta da acessibilidade, tem que dar conta do DEMHAB,

da situação de rua e da assistência social, era óbvio que teria o desmonte que está tendo. E a população mais frágil, mais vulnerável está sentindo na pele. É o caso dos moradores e das moradoras de rua. A cidade de Porto Alegre não aceita essa indignidade nessa condição. Ontem à noite ainda, com aquele tempo chuvoso, eu passava pela Av. Ipiranga, e ali tem um abrigo noturno, não é um albergue, e eram já 19 horas, tempo chuvoso e uma fila enorme para entrar para se abrigarem os moradores de rua.

Presidente, eu encerro dizendo que eu sei que a Comissão de Direitos Humanos está trabalhando no tema, mas talvez já seja o caso de fazermos uma audiência pública específica para a área, para fazer uma escuta dos moradores de rua. É isso que eu encaminho.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Eu queria usar a palavra, Sr. Silmar, por respeito ao seu esforço. Eu o tenho visto várias vezes aqui na Câmara de Vereadores. Trazer esta pauta tem uma importância enorme, porque a Ver.^a Fernanda e a Ver.^a Sofia já se referiam, a política tradicional busca colocar esse tema na invisibilidade. A sua presença na Câmara, de uma certa forma, ajuda a tornar esse tema visível. Mas a sua presença na tribuna, usando a palavra, dá uma força que no dia a dia essa pauta não tem na política tradicional. E eu torço para que vocês tenham condições de intensificar a capacidade de organização dos moradores de rua, para que essa pauta seja imposta na cidade de Porto Alegre – porque infelizmente não é o quadro. O quadro é de abandono, nós temos visto o abandono da assistência social de um modo geral, nós temos visto o desmonte da FASC, e a nossa classe média ainda não foi ganha para defender essa causa. E eu acho que é muito importante, porque há uma tensão e uma tentativa de política de classe média até um posicionamento ideológico de limpeza da cidade: “Ah, não, morador de rua tem que ser excluído, tem que ser perseguido.” E nós achamos que é precioso que os próprios moradores de rua tomem a palavra e aumentem a sua capacidade de associação. Por isso, eu queria lhe dar os parabéns pela coragem, pela iniciativa, e dizer que nós estamos à disposição de colaborar nesse sentido. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, amigo Silmar, senhoras e senhores que estão conosco na tarde de hoje, estou falando em meu nome e

do Ver. Paulinho Motorista; quero cumprimentá-lo pela presença do senhor aqui conosco nesta tarde trazendo esse importante tema. E como o senhor sabe, nós estamos, há muito tempo, atentos ao problema e quero dizer que estamos juntos. Acredito que levar o tema para uma Comissão específica da casa é bom. Agora, tanto numa Comissão, quanto no plenário, conta com a gente aí. Um abraço e parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE(Cassio Trogildo): Agradecemos a presença do Sr. Silmar, Presidente da Associação dos Moradores de Rua. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h19min.)

O SR. PRESIDENTE(Cassio Trogildo – às 15h20min): Estão reabertos os trabalhos.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu preciso, Ver. Oliboni, Ver. Sgarbossa e Ver. Adeli, quero, em nome do PT, falar do tema dos municipais e das municipais nesta tarde, abrir esse debate. Porque quinta-feira, começou o terrorismo, os funcionários municipais abrindo o seu extrato de contracheque, foram descontados nos dias de greve, a professores e professoras por causa da rotina imposta pelo Prefeito Marchezan às escolas municipais. Pasmem, Ver. Janta, já trouxe o tema para V. Exa., como Líder do Governo, acho que as centrais sindicais devem imediatamente se manifestar ao prefeito Municipal, que não entendeu que não tinha ônibus, que está penalizando, inclusive, o fim de semana, Ver. Cassiá Carpes, dos funcionários que aderiram à greve geral que parou completamente Porto Alegre. Mais: a rotina escolar não é um problema dos professores e das professoras; hoje, dia 29, há uma greve de pais e mães – repito, de pais e mães! – das escolas municipais acontecendo em Porto Alegre. Alguém já viu, alguma vez, uma organização de pais e mães chamar uma greve? Tínhamos mais de doze escolas cujos pais e mães impediram que os professores e as professoras entrassem na escola no dia de hoje de manhã, Ver.^a Fernanda. Impediram, porque estão injuriados, indignados com a imposição da nova rotina. Ao mesmo tempo em que os pais e as mães estão lá nas pontas, brigando para ser ouvidos e respeitados, lamentavelmente, esta Casa aqui acelerou, fez de forma acelerada, não profunda, uma avaliação, um respaldo ao Prefeito Municipal que, de outro lado, pratica violência contra os municipais, não abrindo reunião de negociação da data-base, não abrindo diálogo com os municipais e mandando já, como solução da data-base deste ano, solução, resolução terminativa, um projeto de lei para esta Casa congelando os salários. Essa é a prática deste Prefeito ditatorial, deste Prefeito que não tem legitimidade para impor à cidade de Porto Alegre uma rotina, faltas ou advertências aos funcionários porque lutam pela sua previdência,

porque lutam pelo seu direito trabalhista, porque lutam para ser ouvidos nesta Cidade. Ele impõe um congelamento de salários sem diálogo, sem transparência nas contas, sem consistência no que apresenta para a Cidade. Eu falo disso, do tema da consistência, e falo para nós aqui, Vereadores e Vereadoras, em respeito ao Sindicato dos Municipários, às associações. Hoje de manhã, o representante do Sindicato Médico – Simers, Ver.^a Mônica, fez uma fala dramática na reunião conjunta – do Sindicato Médico! –, por quê? Porque estamos vivendo sob terrorismo, afirmava aqui o Vice-Presidente do Sindicato Médico, estamos vivendo sob ameaça, estamos vivendo sem diálogo, estamos vendo os nossos direitos serem retirados e não aceitamos a discussão sumária de submissão dos salários dos servidores sem uma tentativa de levar a cabo outras medidas que saneiem o tema da Prefeitura. A nossa Câmara, aqui, tem grande responsabilidade sobre isso, nós não somos um partido só, somos muitos partidos, somos 36 Vereadores. E hoje de manhã, nas Comissões, foi lamentável que nem dez Vereadores já consideraram resolvido o tema dos salários. A nossa Comissão, a CECE, fora disso; a CEDECONDH, dos Direitos Humanos, fora disso! E nós tentamos participar e dizer: “Câmara, o que o Prefeito não faz, não repitam aqui!” A Câmara de Vereadores tem que obrigar o Prefeito a assumir a sua função de Executivo, e ele está se escondendo atrás do Parlamento! Manda todos os problemas para o Parlamento! Ele, na função de Executivo, que tem a caneta, tem orçamento, secretários, não senta à mesa para negociar com os municipais, convencê-los – se for verdade – a darem um tempo, a compreenderem a situação. Ele que o faça! Ele que é o Prefeito! Nós aqui não podemos dar vazão a autoritarismo, à pressa, e à ausência de diálogo com os servidores. Porque a consequência é o que vimos de manhã: escolas fechadas! Não adianta passar a mão por cima de soluções rápidas e autoritárias, porque a consequência será a greve. Hoje é nas escolas, depois na Saúde e no resto do funcionalismo. Então nós sabemos que temos que obrigar o Prefeito a ser consequente, coerente e respeitoso com a categoria municipal para ter bons serviços, para ter trabalho continuado, para ter valorização, para não ter interrupção do trabalho! O que vai restar a uma categoria com quem não se dialoga, uma categoria que tem seu salário congelado, cujo salário querem confiscar aumentando o Previmpa? Vai restar a luta, a greve e a Cidade vai ser prejudicada!

Essa minha fala com essa veemência é porque nós podemos consertar esse erro, porque está no início da gestão. A Câmara tem que definir que a responsabilidade de negociar, de abrir as contas, de estabelecer uma mesa até a exaustão com os municipais é do Prefeito e não desta Câmara. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Nós assistimos, na manhã de hoje um fato inédito na Câmara de Vereadores. E todos sabem que nós fizemos oposição ao

Governo passado, enfrentamos muitos temas polêmicos nesta Câmara de Vereadores, inclusive perdemos alguns deles e outros ganhamos. Teve votação de projetos, como o Pontal do Estaleiro, como o Regime Urbanístico do Cais Mauá, que são projetos que são absolutamente diferentes daquilo que nós acreditamos que seja um projeto de direito à Cidade para a população.

Mas eu quero dizer aos Vereadores, às Vereadoras e aos municipais que estão aqui conosco hoje, trabalhadores, Simpa, Simers - se eu me esqueci de algum sindicato ou organização, peço desculpas -, Astec, que nunca na história da Câmara, eu vi um projeto ser priorizado antes da realização da audiência pública! É um escândalo isso que o Governo Marchezan está tentando fazer na Câmara de Vereadores, com o aval de alguns da sua base.

Nós temos uma audiência pública marcada para o dia 19 de junho, que foi requerida, não pela minha Bancada, nem pela oposição, mas pela Bancada do PMDB, em que seria discutido esse projeto de fevereiro de 2017, que é a reposição da inflação, assim como o outro projeto, que aumenta de 11 para 14% a alíquota da previdência - ou seja, um confisco nos salários dos municipais! Segunda-feira passada, o Governo perdeu a votação do regime de urgência aqui, neste Plenário; isso há exatos sete dias atrás. E mesmo perdendo em plenário, articulou uma manobra para reunir parte das Comissões em Reunião Conjunta - parte das comissões! -, porque é óbvio que a CEDECONDH, que a CECE, que todas as Comissões deveriam discutir um projeto dessa magnitude. Nós estamos discutindo um projeto que significa arrocho salarial, que significa ataque ao funcionalismo público, e que significa, portanto, destruição, também dos serviços públicos, da rede de assistência, ataque às escolas municipais, ataques à saúde pública municipal. E hoje de manhã, lamentavelmente, o relatório foi aprovado! Foi aprovado, mesmo com todos os pedidos que a oposição fez, de diligência, de vistas; requerimentos que deveriam ter sido encaminhados, inclusive, nos dando respostas por escrito, e que não foram encaminhados por escrito.

Nós temos a convicção de que isso, somado ao terrorismo diário que o Marchezan faz, ameaçando o salário da categoria, ainda na manhã de hoje, eles ameaçaram parcelar o salário de junho. Pasmem! O mesmo Secretário que ganhou dois salários por um projeto absurdo votado na Câmara de Vereadores! O problema dele, ele resolveu com salário de R\$ 30.000,00; ele pode ganhar acima do teto. Ele pode ganhar acima do teto e ainda vai para a imprensa ameaçar o conjunto dos trabalhadores; e mais do que isso: a pauta, o desconto dos salários na greve. Para atacar a carreira, calculando o final de semana, para atacar o bolso da categoria e, ao mesmo tempo, para tentar inviabilizar a organização da classe trabalhadora num processo de resistência, que será necessário ao Governo Marchezan. Calculando o final de semana! No dia da greve geral, os rodoviários pararam, e mesmo aqueles que não aderiram à greve geral não puderam trabalhar nos próprios municipais. Ainda bem que tem muita gente que aderiu à greve geral, porque nós defendíamos a adesão à greve geral, mas mesmo os que não quiseram aderir, não puderam chegar ao trabalho. É um escândalo o que o Marchezan faz justamente para tentar intimidar a categoria. Mais do que isso, nós estamos vendo a tentativa do Governo de repassar para os Vereadores e Vereadoras a questão da data-

base, Ver. Dr. Thiago. A categoria está com uma pauta votada em assembleia desde o início do mês, e o Governo não responde, o Governo não recebe, o Governo trata de atacar, não garante a negociação com relação às pautas apresentadas na data-base e, ao não responder a data-base, manda para a Câmara de Vereadores um projeto que é para acabar com a data-base. Exatamente por isso, ele está abrindo mão, Ver. Pujol, da sua obrigação como Prefeito. Não foi o PSOL que ganhou as eleições, não foi o PT, não foi uma série de partidos, foi o Marchezan, é ele que precisa negociar com a categoria, não se esconder atrás da Câmara de Vereadores para tirar direitos e assim tentar derrotar a data-base da categoria com o dedo de cada um e de cada uma que votar a favor desse projeto. Nós achamos que dois encaminhamentos são importantíssimos – dirijo-me agora aos trabalhadores: lotar e mobilizar a Câmara de Vereadores, na quarta-feira, não só em relação a esse projeto, mas também em relação à necessidade de resistir aos ataques do Marchezan. Vai ser uma luta de longo curso, é preciso unidade e é preciso luta. Eu queria fazer o diálogo com os Vereadores e Vereadoras desta Câmara, porque cada um de nós tem a oportunidade de derrotar esse projeto fazendo com que ele não seja votado na quarta-feira, e que haja a audiência pública; e, quando for votado, ele seja derrubado, porque reposição da inflação é o mínimo. Inclusive, apontado por vários juristas, esse projeto é inconstitucional. Não fiquemos com as mãos sujas como aqueles que atacaram o direito da categoria.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Alvoní Medina está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu quero falar sobre algumas coisas que, realmente, têm nos preocupado bastante no que se refere à questão da saúde. Já conversamos um pouco sobre o Hospital Parque Belém, e eu acho que esta Casa vai se integrar positivamente para que nós tenhamos uma saída. Aqui ninguém defende aquela gestão que está colocada lá, mas a saída para o recurso público que foi empregado naquele hospital: o recurso público do tomógrafo, o recurso público da revitalização e reforma dos leitos, o recurso público que foi empregado na UTI. Mas há algumas outras coisas que não dependem da secretaria, há algumas outras coisas em que os que prestam serviço ao Poder Público têm falhado, têm falhado com a cidade de Porto Alegre. Aqui me dirijo de forma muito especial ao Instituto de Cardiologia. O Instituto de Cardiologia tem falhado com a cidade de Porto Alegre. Nós tivemos, há pouco tempo, a situação de um colega nosso que não foi atendido na emergência SUS do Instituto de Cardiologia, que permanece fechada. Recebi agora, no gabinete, a mãe de uma paciente, uma menina de dez anos que, há quatro anos, foi expedida, pelo Instituto de Cardiologia, uma AIH de baixa hospitalar para esta paciente fazer uma cirurgia cardiológica de Comunicação Interatrial que precisava ser feita em 90 dias. Até agora esta paciente não foi chamada. Não esperar o

quê para chamá-la? Esperar ela ir a óbito? Estas reclamações de alguns prestadores - friso, hoje, o Instituto de Cardiologia - continuam sem resposta. Tenho feito solicitações cotidianas com relação a essa instituição e não tenho conseguido resposta para meus questionamentos. Então, vou, nessa semana, apelar ao Secretário para que cobre dessas instituições que estão faltando com o SUS - e não é só essa. Nas visitas que temos feito ao HPS e a outros hospitais a reclamação dessa instituição é generalizada. Se o fato é que o paciente tem que ser atendido no HPS, um paciente com trauma ou politraumatismo, os outros hospitais têm que cumprir com seu papel. E este hospital em especial, o Instituto de Cardiologia, não tem cumprido com seu papel. Se não tiver uma resposta adequada para esses dois, e mais os cinco casos que encaminhamos para lá, que estão em análise, eu vou pedir uma Moção de Repúdio ao Instituto de Cardiologia com muita dor, mas vou pedir. E nós sabemos, temos denúncia já, vamos levar adiante, que pacientes privados são atendidos e depois passam para os do SUS – isso é inadmissível! Não tem vaga para o SUS, mas tem vaga para o privado; atende a consulta privada, depois a do SUS! Isso não pode, Instituto de Cardiologia! Vou fazer essa solicitação por escrito, senhor Vice-Líder do Governo, Ver. Moisés, para o Secretário, mas pode ter certeza de que nós vamos cobrar também das instituições que tinham que fazer o serviço pelo SUS, mas não estão fazendo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Paulo Brum está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Sofia Cavedon.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente; colegas Vereadores e Vereadoras; senhoras e senhores, alguns passaram, eu não pretendo passar apenas aqui na tribuna. Eu pretendo dialogar! Ver. Matheus Ayres, o que mais está faltando aqui é o que o senhor falou no primeiro dia que aqui chegou: diálogo! Ver. Felipe Camozzato, as pessoas ainda não entenderam a diferença entre ouvir e escutar. Nós precisamos escutar e algumas pessoas têm esse dom e conseguem, inclusive, escutar os sons do silêncio. Eu ainda não cheguei a tanto, mas pretendo chegar perto. Se assim fosse, nós estaríamos, durante todo o mês de maio, em rodadas de debates entre os municipais, os servidores das mais variadas categorias, o Prefeito, o Vice, e os Secretários. Assim seria, assim deveria ser e assim um dia será – um dia será! Mais dia, menos dia, com a organização dos servidores que nós não podemos substituir aqui, nesta Casa, nós podemos, na parte que nos cabe, como Poder Legislativo, com o fiscal da coisa pública, acompanhar de perto e acompanhar bem e fazer tudo bem feito. Quando nós perguntamos e questionamos alguns projetos de lei, nós não tomamos lado, de imediato, por uma causa ou outra, porque nós averiguamos todas as causas, como já disse aqui. Nós não queremos dismantelar o serviço público, porque nós precisamos do mais douto

procurador, do mais eficiente agente de fiscalização de tributos, aquele que põe o seu corpo inteiro em uma valeta no final de semana – seja do DMAE, do DEP, da SMOV, da infraestrutura – para fazer funcionar a nossa Cidade. É possível melhorar as condições de arrecadação da Prefeitura, sim! Não venham com uma planta de valores *tabula rasa*. Aumento uniforme para todo mundo, não, porque há diferenças brutais. Se nós pegarmos um mapa, veremos que existem incongruências que precisam ser transpostas como a nova planta de valores estudadas milimetricamente e com uma lupa. Nós precisamos trabalhar a questão da regularização, desde a mais simples regularização fundiária até fazer um grande movimento de tirar dezenas e dezenas de contratos de gaveta, fazer os devidos registros, fazer as devidas cobranças de ITBI e IPTU. Nós precisamos atacar os devedores, eu sei que está sendo feito um trabalho, inclusive o que a Aiamu tem apresentado aqui é que nós estamos fazendo o dobro do que muitas cidades. Quem sabe a gente faz mais do que isso ainda? Para isso nós precisamos ter um serviço público eficiente, servidor respeitado, servidor com salário em dia. Imaginem as incongruências, porque estamos aprovando - pelo que já sei -, e a Mesa já está tocando a recuperação anual dos vencimentos. Nós recebemos duodécimo. Ninguém vai poder entender se nós ganharmos 4,8% de aumento – ou de recomposição, porque não é aumento –, e o servidor não ganhar nada, e ainda estão a lhe exigir 3% para o Fundo de Previdência. Em defesa do serviço público de qualidade, que a gente aprenda a escutar; que a gente aprenda a dialogar, em defesa da Cidade, de uma Porto Alegre para as pessoas. Foi por isso que eu não passei esta tarde aqui impunemente nesta tribuna. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Obrigado, Presidente Cassio; Vereadores, Vereadoras; público que nos assiste; eu acho que é um quadro muito grave, e, às vezes, a Câmara de Vereadores se aliena dos problemas mais graves da Cidade. É óbvio que isso preocupa. Nós estamos, e a Ver.^a Fernanda Melchionna já mencionava isso, na iminência de votar a mudança de uma legislação que já havia sido um retrocesso do ponto de vista salarial para os servidores, de 2005, mas ela, pelo menos, dava materialidade à Constituição Federal, que garante a reposição salarial aos servidores públicos. Agora, o Governo Marchezan quer testar a sua maioria na Câmara de Vereadores, tratando de mudar a legislação, tentando congelar os salários dos servidores públicos municipais, com aval e com a sua força na Câmara de Vereadores. Na verdade, não se trata sequer de congelamento, é redução real de salários; esse é o propósito do Governo Marchezan. E é muito preocupante, porque um Governo que entrou dizendo que ia melhorar a vida na Cidade está fazendo uma administração que tem como essência atacar os serviços públicos e os servidores públicos; não são a mesma coisa, mas estão muito relacionados. O Governo Marchezan quer impor uma derrota aos

servidores de tal forma que acho que os sindicalistas que estão aqui têm evidentemente uma grande responsabilidade.

Nós sabemos que o objetivo do Governo, de derrotar os servidores, é fazer com que, no Município de Porto Alegre, onde ainda temos um serviço público com muitos problemas, mas que busca alcançar a maior qualidade possível nas condições de trabalho dos servidores e no investimento público feito, é desqualificar o serviço público, desvalorizar os servidores de tal forma que os serviços públicos piorados confirmem a sua ideologia de que o que é público não presta e deve ser privatizado. A lógica do Governo é essa. Eles querem, na verdade, transformar o Município de Porto Alegre na mesma lógica do Estado. O Prefeito Marchezan quer copiar o Governador Sartori, com mais disposição. Por isso que os servidores têm muita responsabilidade, porque é evidente que o que deve ser preparado para evitar essa derrota – e eu já não tenho dúvida de que é isso que tem que ser preparado – é uma grande greve geral do serviço público em Porto Alegre. Uma greve geral que imponha uma derrota ao Governo. Porque é isso que o Governo está comprando, o Governo está comprando essa briga. Comprou essa briga no início do ano, quando tentou impor – e segue tentando impor – a derrota aos professores municipais. E hoje nós tivemos essa greve de 12, 13, 14 escolas, que mostra que os professores municipais, ao contrário do que disse o Governo, são apoiados pelos alunos e pelos pais. Porque o Governo dizia que a comunidade não apoiava os professores, e a mobilização de hoje prova o contrário. Então, nós temos um problema grave, porque é um Governo que está disposto a privatizar tudo: a liquidar com o serviço de assistência, a liquidar com o transporte público de passageiros com o seu propósito de privatizar a Carris, desmoralizar e desmobilizar os servidores públicos municipais. Na verdade, é disso que se trata. E esta Câmara de Vereadores vai ser chamada a votar um projeto de lei inconstitucional, que o Governo Marchezan, tentando utilizar da sua maioria na Câmara de Vereadores para resolver a campanha salarial.

Eu não tenho dúvida de que os servidores não vão permitir que seja a Câmara de Vereadores que decida sobre a sua campanha salarial, não tenho dúvida disso. Os servidores, portanto, têm uma grande responsabilidade de defesa do serviço público. E a defesa do serviço público vai - infelizmente é isso que o Governo está obrigando os servidores públicos - significar necessariamente uma grande luta dos servidores.

Eu acho que nós estamos num momento em que são necessárias essas lutas. Temos um Governo nacional que é do mesmo bloco de poder que o Prefeito Marchezan está defendendo, que é o bloco daqueles que defendem o serviço público zero, que está totalmente questionado. É preciso aproveitar as mobilizações que a sociedade civil tem obrigação e a necessidade de fazer para derrubar o Temer, para também fazer uma mobilização na cidade de Porto Alegre para defender o serviço público. Infelizmente, o Prefeito Marchezan não deixa outra alternativa para os servidores públicos municipais de Porto Alegre, e os servidores que contarão com o apoio do PSOL. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h52min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLCL nº 001/17.

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 121/17 – (Proc. nº 1542/17 – Ver. Cláudio Janta) – requer seja encaminhada Moção de Repúdio “as Vossas Excelências Presidente da República Michel Temer e ao Presidente da Câmara de Deputados Rodrigo Maia”, em razão das “manifestações que ocorreram em Brasília no dia 24/05/17...”.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 121/17. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 121/17, como autor.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, na semana passada, em Brasília, houve um grande excesso do Governo, quando o Ministro da Defesa tentou justificar, logo após, que o Governo Federal já havia algumas vezes solicitado a presença do Exército no leilão do pré-sal, no leilão disso, no leilão daquilo, mas nunca neste regime democrático que nós vivemos, em manifestações populares – e já tivemos algumas bem mais fortes do que a manifestação que se teve em Brasília –, foi adotado usar o envio de tropas militares para uma cidade urbana. Tivemos eventos em Belmonte, tivemos vários eventos na Companhia Siderúrgica Nacional, os leilões de privatização no Governo Fernando Henrique Cardoso, no próprio Governo Dilma, os leilões dos aeroportos, e vários outros eventos; tivemos a passeata de trabalhadores em bingos, de trabalhadores do setor de calçados e vários eventos na época do *impeachment*, e em nenhum momento foi usado o Exército Nacional, e agora, no momento em que os trabalhadores estavam em Brasília, o Governo usa o Exército, sem haver necessidade. Eu fiquei em Brasília, fui terça-feira a Brasília e se passava nas ruas laterais à Esplanada dos Ministérios e se via a Força Nacional, se via os batalhões especiais da Brigada Militar acampados atrás dos Ministérios, sem necessidade nenhuma da interferência, da intervenção das forças armadas. Na verdade, foram as forças armadas, e não somente uma parte das nossas forças armadas. E aí o Governo, em um ato que aconteceu aqui em Porto Alegre, aconteceu no Rio de Janeiro, já aconteceu em São Paulo, aconteceu em várias Capitais e várias cidades, quando os Black Blocs, e isso aparece em todas as fotos nitidamente. A passeata das centrais estava do lado esquerdo da Esplanada dos Ministérios e os Black

Blocs foram para o lado direito. E aí o Governo, não se sabe porquê, não usou o contingente policial que estava presente ali atrás. Passei umas três, quatro vezes para o lado direito da Esplanada dos Ministérios, ali tinha um grande contingente da força nacional, um grande contingente das polícias especiais da Brigada Militar, não foram usados, não estavam presentes no ato, e aí o Presidente chama as forças militares. E aí fica um jogo de empurra, o Presidente do Congresso, e eu estava lá dentro, dizendo que não foi, um dizendo que foi o outro, um dizendo que não foi o outro, levando uma insegurança total ao povo brasileiro nesse momento crítico por que passa a nação brasileira.

Eu tive o prazer de já ter participado de alguns fatos históricos deste País, desde a anistia até o *impeachment* de dois Presidentes e estou participando do *impeachment* do terceiro Presidente da República. E tive o desprazer de ficar em Brasília mais um dia e ver a nossa Capital Federal da República cercada. Não se podia passar por lugar nenhum, pelos Ministérios, em um movimento pacífico e ordeiro das centrais sindicais. Todas as filmagens que aparecem, eu até postei nas minhas redes sociais e eu vi, nós estávamos ordeiramente até chegar esse grupo que vem infiltrado em todas as manifestações do Brasil, fazendo depredações, destruindo o patrimônio das pessoas.

Aqui mesmo em Porto Alegre tivemos várias lojas que faliram em função desse movimento, que destruiu várias empresas aqui em Porto Alegre, lojas, bares e restaurantes. Agora, não há necessidade nenhuma da intervenção das Forças Armadas nesse momento delicado que o Brasil vive. Há necessidade, sim, de muita democracia, de muito debate e muita discussão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. CLÁUDIO JANTA (Requerimento): Solicito a retirada do Requerimento nº 121/17 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. CASSIO TROGILDO (Requerimento): Solicito a inclusão do PLCL nº 001/17 na priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, o Requerimento de sua autoria. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 30 votos **SIM.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0002/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 001/17, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que cria o Fundo Municipal de Segurança Pública.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- Com Emenda nº 01;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 29-05-17 por força do Art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em discussão o PLCL nº 001/17. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCL nº 001/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vou discutir, porque não temos divergência, mas como somos quatro Vereadores na nossa Bancada, um encaminhamento pode não contemplar a manifestação dos Vereadores, da diversidade da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Inclusive, como Líder, quero deixar o encaminhamento para o Ver. Oliboni ou o Ver. Adeli. O Ver. Marcelo está em missão fora em função da nossa Bancada e daqui a pouco estará aqui.

Em primeiro lugar, quero dizer da minha surpresa positiva, Ver. Mendes, Vereadores, Vereadoras, quanto ao Parecer da CCJ, que não colocou óbice. Começo com isso, porque, infelizmente, desde o ano passado, tivemos aqui a aplicação do precedente, da possibilidade de só o Executivo realizar determinadas iniciativas. E o Fundo do Otávio Rocha foi vetado pelo Prefeito com essa justificativa da prerrogativa. Eu sou contrária a que só o Prefeito possa instalar conselhos e fundos, quero deixar isso claríssimo. Acho que agora a CCJ acertou. Ver. Mendes, parabéns! É a primeira vez que a CCJ acerta no tema dos fundos - não sob sua presidência, que eu acho que não avaliou nenhum fundo. Mas o que eu quero dizer é que nós, Vereadores, temos que a possibilidade de iniciativas como esta! Porque não, necessariamente, o fundo tem vício de origem do Executivo, e na minha opinião, nem conselho e nem tombamento. Eu ainda hoje, quero dizer ao presidente da CUTHAB que acabei de protocolar, para que a Comissão de vocês receba, uma decisão do Ministro Gilmar Mendes, o Parecer, mas é do Pleno do Tribunal, que dá, sim, a prerrogativa aos Legislativos sobre tombamentos,

senhores! Tombamentos de bens, Ver. Cassiá. E hoje é um dia de celebrar, porque eu acho que os Legislativos têm mais poder do que imaginam, e muitas vezes se submetem ao poder pleno do Executivo. Este País é muito centrado no Executivo.

E sobre o tema da segurança pública, eu quero dizer que nós ouvimos a entrevista do Secretário Schirmer, e lamentavelmente, depois que muitos *posts* na Internet foram feitos sobre a fala do Secretário Schirmer, onde ele diz que a sensação de segurança é melhor que a segurança, tentando ser positivo. Mas nós devemos muito ainda a esta Cidade e a este Estado sobre segurança pública. Muito! E desde o ano passado, o Ver. Cassio instalou o comitê aqui, Vereador, de segurança. Nós começamos com um trabalho, lá no Petrópolis, no comitê de segurança, e outras regiões da Cidade estão com movimento dos apitos, do bairro seguro, cartazes nas casas. A população de Porto Alegre está se organizando para construir alternativas de segurança. É muito duro a gente ver assassinado, nas portas da casa da gente, filhos, jovens, adolescentes, mulheres, como aconteceu, não só com a classe média, mas como acontece todo dia na periferia da nossa Cidade! Professores perdendo ex-alunos, professoras nossas vivendo uma dor permanente das nossas crianças e adolescentes viverem no meio da violência. A nossa Cidade está numa situação gravíssima, e de resto o Estado do Rio Grande do Sul. E eu acho que a iniciativa de um fundo de segurança, que é o resultado desse compromisso desta Casa, é muito bem-vinda, eu quero parabenizar o Ver. Cassio Trogildo, e dizer que a nossa Bancada está apoiando plenamente para que sejam democratizados esses recursos, Ver. Nedel, e que a gente, de fato, tenha, enquanto Câmara, uma cobrança muito mais forte no tema da segurança. O Prefeito Marchezan se elegeu falando da segurança pública, falando que tinha solução, sim, falando que colocaria o centro integrado, o comando integrado, ações integradas. Eu quero ouvir aqui do Governo, da base do Governo, da Liderança do Governo quais as ações tomadas pela Cidade de Porto Alegre, porque segurança pública não é só contingente, é importante contingente, sim, tem que ter Brigada, tem que ter investigação, tem que ter Polícia Civil. O Vereador que assumiu hoje referiu uma fala muito firme, nós lutamos muito pela nomeação dos Delegados, 600 Delegados estavam esperando nomeação, e sei que uma pequena parte somente foi nomeada. Se não há investigação, não há segurança. Não adianta o ostensivo. Se não há integração de policias, não há segurança. Não há ações comunitárias lá na periferia, lá nas comunidades, de suporte para os trabalhos das comunidades; os telecentros estão todos sucateados, como os nossos espaços para a juventude. Amanhã, à tarde, vamos ter uma audiência aqui, vem a Restinga em peso, porque o serviço de criação de vínculos, que é o atendimento das crianças de 12 anos em diante, na Restinga, no Cecores, está fechado desde o início do ano, isso na Restinga e na Cruzeiro, regiões conflagradas. O Case, o atendimento direto da FASC aos adolescentes, pré-adolescentes, precisa de recursos, por isso o fundo também é importante, mas tem recursos do Governo Federal, da assistência social, recursos de fundo a fundo não utilizados, podendo ser utilizados no enfrentamento da violência, na alternativa para a nossa juventude. Então, o fundo é bem-vindo, a Ver.^a Nádia entrou com a Frente Parlamentar em Defesa da Segurança Pública. Perfeito,

Comandante Nádia, nós vamos apoiar todas as iniciativas que esta Casa puder fazer para garantir segurança para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCL nº 001/17.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu acho que o tema da segurança pública exige uma qualificação maior. Eu não me oponho ao projeto, só que é preciso ter claro que a política de segurança pública exige uma coordenação nacional, e, atualmente, a rigor, o Brasil sequer Ministro da Justiça tem. Eu acho que é o quinto ou sexto Ministro da Justiça nomeado nos últimos 12 meses, quer dizer que temos um Ministro da Justiça a cada dois meses no Brasil. Nós acabamos de ter, nessa sexta-feira, a mudança do Ministro da Justiça. O Ministro da Justiça que entrou, toda a mídia que tem feito a cobertura da política nacional tem revelado que o objeto central é desmontar a Operação Lava Jato. Portanto, nós temos um quadro muito grave, porque a política de segurança pública, que exige uma coordenação nacional, não só está sem essa coordenação, como, na prática, o Brasil está sem Ministro da Justiça. Eu até aceitei o requerimento do Ver. Janta de não votar ainda a Moção de Repúdio ao Presidente Temer e ao Presidente do Congresso Nacional, embora eu ache que já valia a pena ter votado hoje, porque nós estamos num quadro grave, em que o Presidente da República está, ao invés de governar a serviço da Nação, utilizando o seu poder para bloquear a investigação da corrupção, para tentar aprovar reformas antipopulares e para se livrar, em última instância, da cadeia. Esse é o quadro nacional.

Nesse quadro nacional, nós temos o problema da segurança pública em Porto Alegre. Vejam só o tamanho do nosso problema. Desse ponto de vista, eu considero que, infelizmente, o Governo Municipal ainda não desenvolveu uma política de segurança pública preventiva, que fosse. Nós temos tido muitos debates na Câmara sobre a extinção da SME, ou seja, não encarar a necessidade de uma política de investimento público em esporte, em lazer como parte necessária de uma política de prevenção é um grave erro. Há políticas preventivas que não estão sendo aplicadas, e a política repressiva também está desmontada, a tal ponto que temos 290 Guardas Municipais concursados, preparados para reforçar a Guarda Municipal, que não foram chamados. Isso é um problema enorme, porque, inclusive, não só vai desatualizar o concurso, como os próprios aprovados vão se desestimulando, se desqualificando para a tarefa, porque para ser um Guarda Municipal capaz é preciso exercício, empenho permanente. Na medida em que vai se afastando o tempo entre o concurso e a nomeação, é lógico que vamos perdendo em qualidade em termos de recursos humanos. O Governo Municipal, infelizmente, não está tendo política preventiva, porque está reduzindo o investimento no que é preventivo - esporte, lazer, cultura, educação -, inclusive ouvimos relatos aqui nesta Casa da greve hoje em 12 escolas, impulsionada

por pais e mães de alunos. Então a nossa educação está com conflito desnecessário, porque os professores e os pais dos alunos são obrigados a lutar porque o Governo quer impor uma nova rotina escolar. Então, além de ter conflito na ponta, desassistindo parte dos serviços que são fundamentais para prevenção da violência, o Governo Municipal não tem sequer adotado políticas que garantam uma maior qualificação da Guarda Municipal. Então, uma proposta de fundo municipal é bem-vinda, mas é preciso qualificar esse debate, porque estamos numa situação péssima em termos de segurança pública. Isso não vai ser alterado se não tivermos um Governo nacional que realmente tenha uma política nacional de segurança pública; não vai se alterado se nós tivermos um Governo Municipal que tem como eixo sucatear o serviço público e não fortalecer a Guarda Municipal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCL nº 001/17.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Muito obrigada, Presidente Ver. Valter Nagelstein; colegas Vereadores e Vereadoras, fico muito feliz de estar hoje aqui, nesta tribuna, discutindo a respeito da criação do Fundo Municipal de Segurança Pública, que é trazida aqui pelo Presidente da Casa, nosso colega, Ver. Cassio Trogildo, e que durante toda a minha campanha foi pauta. Eu estive por 10 anos trabalhando no Interior do Estado, e todos os Municípios que tinham o entendimento da importância da segurança pública, tinham um Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública – Consepro, que se equivale ao Fundo Municipal de Segurança Pública. Consepro é um conselho de segurança pró-Brigada Militar, pró-Polícia Civil, Guarda Municipal, Bombeiros, que faz com que as pessoas se envolvam também na complexidade da segurança pública. Não adianta pensarmos que segurança pública só é feita com homens e mulheres na rua; é feita com mais: com equipamento, com ferramentas, com tecnologia, com pessoas que têm equipamentos e armamentos necessários para fazer o devido combate à criminalidade. E aqui, Ver. Cassio, fico feliz, pois estou fazendo esta discussão positivamente, dizendo que, sim, o senhor tem o meu voto, porque como integrante de segurança pública falo com muita legitimidade de que, se tivéssemos a melhor polícia do mundo, mesmo assim, precisaríamos que as comunidades se envolvessem com a questão de segurança pública e a sua complexidade.

Esse Fundo Municipal não acarreta no orçamento da Prefeitura, é um fundo que vem trazer o debate necessário que empresário, pessoas físicas, TACs do Ministério Público, acordos judiciais podem ser repassados para o Fundo Municipal de Segurança Pública, e a partir desse incremento de orçamento de valores, se pode fazer a grande diferença que tanto Porto Alegre quer, que é o combate à criminalidade, é botar bandido na cadeia, é fazer com que as nossas Polícias Militar, Civil, e a Guarda Municipal estejam abastecidas, robustas em equipamentos, com ferramentas que possam fazer, sim, o devido combate à criminalidade. Fico feliz aqui com o colega Rafão, da Polícia

Civil, que também tem esse entendimento. O Fundo Municipal de Segurança Pública já deveria existir em Porto Alegre há muito e muitos anos; estamos na contramão do tempo, porque, somente agora em 2017 é que estamos pensando na criação desse Fundo Municipal. E digo aos senhores e às senhoras que os Municípios do Interior estão muito à frente de Porto Alegre. Lá a comunidade realmente valoriza sua polícia e criminaliza aqueles que devem ser criminalizados. Porto Alegre está mostrando um novo olhar, um olhar de que, sim, nós queremos segurança pública, vamos apoiar as nossas polícias e fazer com que Porto Alegre tenha mais segurança para os porto-alegrenses. Muito obrigada, tem o meu voto positivo, Ver. Cassio.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Comandante Nádia. O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLCL nº 001/17.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras. Srs. Vereadores, quero saudar aqui a iniciativa do Ver. Cassio Trogildo, que, por ser Presidente desta Casa, engrandece o Legislativo com uma proposição dessa importância, uma vez que um dos grandes problemas sociais hoje mais debatidos e mais discutidos é o tema da segurança pública, que afeta o dia a dia das famílias, das pessoas, das comunidades, dos bairros da nossa Cidade. Este é um tema que inspira, e a Ver.^a Nádia aqui lembrou muito bem, que esse foi um tema muito tratado durante o processo eleitoral, e ela, felizmente, da nossa Bancada do PMDB, é uma representante legítima da área da segurança, e a proposta do Fundo foi trazida por ela durante a campanha, e hoje, como Vereadora, ela tem a oportunidade de manifestar o seu voto favorável nesse sentido. Tenho certeza que se aprovado o Fundo, vai contribuir, todos nós vamos, para que o Executivo implemente o mais rápido possível esta medida.

Quero aproveitar que a discussão é sobre segurança e também aproveitar que a discussão é sobre a criação de um fundo para aportar mais recursos para a segurança, Ver. Rafão – eu o parabeno pela posse hoje, seja bem-vindo a esta Casa –, e pode ser que, com o Fundo Municipal de Segurança aprovado pela Casa, o Secretário Kleber Senisse respeite mais o Legislativo! Porque até agora todos os Pedidos de Informação ou de Providências, pelo menos, que o meu mandato encaminhou para o Secretário sequer foram respondidos. E também tivemos dele aqui a incapacidade de responder concretamente se serão chamados os 290 guardas aprovados, senão na sua totalidade, mas pelo menos uma parte deles, ainda neste ano. Também, Ver. Mauro, quando visitamos, pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente, o Pronto Atendimento da Vila Bom Jesus, que tem hoje uma grande dificuldade para atender a população por causa da segurança – e no carnaval tivemos um tiroteio lá que colocou em risco a segurança dos pacientes e dos servidores que lá estavam –, o Secretário foi lá e, sem dar ciência à COSMAM, disse que o Pronto Atendimento da Vila Bom Jesus, em alguns dias, se tornaria referência em monitoramento e mais segurança para a área da saúde. Resultado: não aconteceu nada! Outra questão que eu quero criticar aqui: nós estamos

numa mobilização intensa também pela segurança em favor das escolas municipais, o Secretário foi à Escola Emílio Meyer, anunciou novas medidas de monitoramento e segurança já faz um mês, e qual foi o resultado? Não aconteceu nada! Então, eu espero, sinceramente, Ver.^a Comandante Nádia, que as políticas públicas voltadas para a segurança do Município aconteçam na Cidade.

O Governo do Estado anunciou aqui o Sistema Integrado para os Municípios e até agora todas as providências que o Estado colocou como condições para que os Municípios ingressassem sequer foram anunciadas pela Prefeitura.

Tomara que o Fundo aprovado hoje por nós – e tenho certeza que é o entendimento geral desta Casa – faça com que o Governo acorde para a importância dessa pauta, porque o Fundo, além de aportar mais recursos, vai fazer com que o Secretário Municipal de Segurança possa ouvir mais o Legislativo e compreender que o Legislativo está aqui para colaborar com as pautas da Cidade, que “ninguém precisa ser o pai da criança” das iniciativas para que a Cidade ganhe com isso. Todos nós temos responsabilidade para que Porto Alegre melhore os seus índices de combate à criminalidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLCL nº 001/17.

O SR. JOSÉ FREITAS: Ver. Valter, nosso Presidente; colegas Vereadores, Vereadoras; todos que nos assistem, eu fiquei me retorcendo na cadeira ali - Rafão, nosso querido Vereador Rafão -, fiquei três anos e três meses à frente da Secretaria Municipal de Segurança, angustiado, uma angústia profunda; ficamos três anos e três meses sem uma vírgula, sem um tostão, sem nada de dinheiro para fazer alguma coisa. Não é culpa do Município, as torneiras se fecharam, não tivemos como trazer recursos federais também. Então, se não fosse através das parcerias que nós tivemos, inclusive desta Câmara aqui, para a gente conseguir algumas viaturas novas, Comandante Nádia, não seria possível. Eu toquei o fundo de segurança lá, como Secretário, e fui podado. Então, Ver. Cassio, eu e o Ver. Alvoní Medina vamos votar favoravelmente, porque é o anseio de todos nós esse Fundo de Segurança; agora eu torço para que depois de aprovado, ele realmente seja usado na segurança. Então o anseio é muito grande, inclusive da Guarda Municipal, como já foi falado anteriormente aqui, inclusive nós estaremos colocando umas emendas também para ajudar, e eu só digo isto: eu conto, eu torço para que o Fundo, depois de criado, verdadeiramente seja usado na nossa segurança. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. José Freitas.

O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLCL nº 001/17, e depois prossegue por cedência de tempo do Ver. Luciano Marcantônio.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Ver. Valter Nagelstein, nosso Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público que nos acompanha pela TVCâmara e pelas galerias. Primeiramente, queria dizer que, desde o ano passado, Ver. Mauro Pinheiro - que preside o Parlamento Metropolitano, uma das entidades signatárias do Comitê Permanente de Segurança da Região Metropolitana -, que esta Câmara, com mais oito entidades, propôs e sempre deixamos muito claro que segurança pública é um tema que não deve ser tratado nos palanques políticos, tanto que, no momento eleitoral do ano passado, nós não fizemos reuniões do Comitê Permanente. Então, a segurança pública é um tema para todos os Vereadores, é um tema para toda a Cidade, é um tema para toda a sociedade, e nós todos, nesta Casa, precisamos nos dedicar à tarefa da segurança. Várias iniciativas estão sendo tomadas nesse sentido, o próprio Ver. Roberto Robaina, através do seu gabinete, fez um seminário recentemente nesta Casa; a Ver.^a Comandante Nádia encaminhou à Frente Parlamentar pela Segurança; o Comitê, a que já havia me referido; e o Fundo Municipal de Segurança, que logicamente já deveria existir na nossa Cidade, e estamos, então, propondo que vire lei. Logicamente que não vai resolver todos os problemas da segurança pública, mas é mais um instrumento que vai propiciar a captação de novos recursos, hoje não existentes, para que se aplique na segurança pública.

Nós fizemos questão, através da Emenda nº 01, de corrigir os vícios que a Procuradoria da Câmara Municipal havia apontado ao nosso projeto. Logicamente que cuidamos para que isso não o descaracterizasse, e entendemos que os vícios apontados e suprimidos, então, pela proposta da nossa Emenda nº 01, não prejudicam a qualidade do nosso projeto. Já queria agradecer de antemão ao Ver. Felipe Camozzato, que havia proposto a Emenda nº 02, mas agora retirou e propôs a Emenda nº 03, que entendemos que vem a somar, nas fontes que poderão advir para o Fundo Municipal de Segurança, dentre elas, as doações de pessoas físicas ou jurídicas efetuadas através de depósitos bancários diretamente na conta do Fundo Municipal de Segurança.

A segurança pública, nos últimos anos, tem sido o centro das discussões em diversos setores da sociedade, sobretudo, pela grave crise pela qual passa o Estado do Rio Grande do Sul. O aumento da criminalidade ocorre não só por isso, mas também pela falta de políticas públicas efetivas nessa área tão sensível. Com efeito, chegamos à situação caótica e insustentável em que estamos. O fato de Porto Alegre ser a 43.^a Cidade mais violenta do mundo, conforme *ranking* divulgado agora em janeiro de 2016, segundo o *ranking* internacional publicado pela ONG mexicana, Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça Penal, apenas materializa o que já sentimos no dia a dia. A nossa proposta de criação do Fundo Municipal de Segurança prevê investimentos que serão voltados à implementação das políticas públicas de prevenção à violência no âmbito municipal, ou utilizadas em tecnologias como câmeras, sistemas de detecção de tiros, equipamentos, viaturas, melhoria da infraestruturas, cursos, entre outros recursos que possam aprimorar os serviços prestados tanto pela Guarda Municipal, quanto pelas

forças de segurança pública estaduais e nacionais, querido colega de Bancada, Ver. Ração Oliveira, policial civil que assumiu hoje aqui na Câmara Municipal. A política de segurança, tanto em nível nacional quanto em nível municipal, ainda é muito incipiente, com exceção do Programa Nacional de Segurança Pública de Cidadania, o Pronasci, que se constituiu na primeira política nacional de prevenção à violência, com mais de R\$ 1,4 bilhão investidos no País; não possuímos hoje uma política e um financiamento específico para o tema. A segurança pública é a única dentre as grandes políticas sociais a não possuir um sistema de financiamento em nível federativo combinando as três esferas, como ocorre com a saúde no SUS; com a assistência social do SUAS; com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica; a valorização dos profissionais da educação, o Fundeb, o sistema nacional de cultura, e outras políticas que vêm conquistando resultados positivos nas últimas três décadas do País. Não por acaso, esses avanços não ocorrem em relação à segurança pública. É necessário que se crie uma política nacional de investimento em segurança pública. Para alcançar tal finalidade, este projeto de lei complementar propõe, Ver. Adeli, a criação do Fundo Municipal de Segurança Pública, que aglutinará recursos de origens diversas, não necessariamente constantes, Ver.^a Nádia, nos orçamentos municipal e estadual. Portanto, não engessados nas suas destinações, Ver. Oliboni, na defesa, sendo permitida a aplicação desses recursos em áreas e providências específicas. Assim, é de indubitável a importância o Fundo Municipal de Segurança Pública, razão pela qual passo a contar com o apoio indispensável dos nobres pares para a sua criação. Que possamos, nesta tarde, fazer com que Porto Alegre tenha, Ver. André Carús, um Fundo Municipal de Segurança Pública na nossa Cidade. Obrigado. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado, Ver. Cassio.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCL nº 001/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu não tenho nenhuma dúvida, Presidente Valter, que a segurança é uma das grandes preocupações da nossa população. E não é para menos. Nós estamos vendo um conjunto de políticas que, por um lado, desmontam as políticas de segurança pública nos Estados e Municípios, e, por outro lado, há a reprodução das desigualdades sociais, da vulnerabilidade social, das áreas de exclusão na nossa Porto Alegre, assim como em outros lugares, o que acaba sendo um círculo vicioso, que produz ausência de direitos sociais, ausência de direitos humanos, vulnerabilidade e ausência de políticas preventivas e, por óbvio, incremento na violência social. Nós produzimos um mapa da segurança pública, direitos humanos e direitos da Cidade no ano de 2015, que foi uma contribuição justamente nesse sentido. E, naquele mapa, nós conseguimos identificar que as áreas que mais precisam da atuação do Estado, as áreas com menor expectativa de vida ao nascer, com maior mortalidade infantil, com maior índice de desemprego, com menos renda social são as

áreas que menos têm equipamentos culturais, de esporte e de assistência social. E não é à toa que estamos numa luta permanente para que os nossos jovens não sirvam de massa de manobra, de escudo para a gangue capitalista, que é o narcotráfico e que tem também assombrado as periferias da nossa Capital. Não é à toa que toda semana vemos um caso grave de decapitação, de assassinato, de violência, porque o tráfico de drogas financia e é parte do tráfico de armas e da violência contra a nossa população.

Nós fizemos este mapa e apresentamos 81 propostas concretas para o governo passado, que não foram, por óbvio, executadas. Muitas das propostas tinham justamente a ver com a questão das áreas integradas de segurança, com uma atuação mais pró-ativa da Guarda Municipal, com políticas de combate à evasão escolar. Tem pesquisas que o Dr. Sidinei Brzuska sempre traz que dizem que, a cada ano a mais que a criança fica na escola, no Ensino Fundamental, reduz em 10% a possibilidade de essa criança e de esse adolescente atuarem no narcotráfico ou na violência social.

Nós, portanto, sabemos que é um tema bastante importante e necessário que se discuta. Não é à toa que, quando nós disputamos a eleição com a Luciana Genro, foi uma das áreas que mais teve propostas apresentadas pelo PSOL durante a eleição de 2016. E, embora o Marchezan falasse em segurança pública em seus materiais, em suas peças publicitárias, em seus materiais de campanha, o que nós estamos vendo é o desmonte de todas as políticas do Município de Porto Alegre, inclusive das políticas de segurança pública. Nós temos menos de 1% do orçamento investido em segurança pública; nós temos quase 300 cargos vagos para guardas municipais, que podem e querem ter uma política mais pró-ativa na segurança municipal, esses cargos seguem vagos, e não tem nenhum compromisso de nomear esses concursados que lutam para atuar no Município de Porto Alegre. Nós vemos a política de desmonte da assistência social. Amanhã, tem uma importante audiência pública, aqui na Câmara de Vereadores, sobre as políticas de assistência social. Nós vemos o desmonte e o ataque aos servidores públicos que interfere, por óbvio, na segurança municipal. Ou vocês acham que parcelar salário de guarda municipal não vai ter interferência? Ou que arrochar salário de servidores não vai ter interferência concreta na política de segurança do Município? O desmonte das políticas de esporte tem sido promovido por esse Governo, assim como o ataque aos professores municipais, que têm um papel fundamental nas periferias da Cidade – aliás, em muitas periferias, o único equipamento público é a escola, não há nenhum mais.

Nós temos a convicção de que é importante, sim, atacar esse projeto neoliberal. Começa com Temer e a PEC nº 255, que congela os recursos para os estados e municípios, também na área da segurança pública. A política do Sartori, que parcelou o salário dos brigadianos, deixou um vácuo na segurança pública, justamente quando aumentaram os latrocínios, os homicídios, a violência social. Isso é evidentemente, isso é óbvio. E esse projeto está tentando se implementar no Município de Porto Alegre, e terá por óbvio repúdio da Bancada da PSOL. Na quarta-feira, votaremos contra o projeto que tira reposição da inflação aos servidores, porque está tudo diretamente vinculado.

Concluo, Presidente, que é muito importante que a CCJ tenha dado pela constitucionalidade da Câmara discutir fóruns municipais, fundos municipais, como este fundo Municipal da Segurança Pública. Nós tentamos, no caso do camelódromo, a criação de um fundo municipal de acesso e de ajuda a esses trabalhadores. O Ver. Airto Ferronato foi o um dos proponentes, junto com o Ver. Toni Proença, esta Vereadora e a Ver.^a Sofia. O projeto foi aprovado pela Câmara e o Governo usou da inconstitucionalidade para vetar, e a Câmara manteve o veto, lamentavelmente. Então nós achamos que é muito importante esse salto na compreensão de que os fundos municipais são constitucionais e que podem, sim, ser objetos de atuação parlamentar dos Vereadores e Vereadoras da Câmara Municipal. Obrigada, Presidente, pela tolerância.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCL nº 001/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, este projeto do Ver. Cassio Trogildo é um clamor que a população de Porto Alegre no seu todo faz, juntamente com a questão da saúde. E ter um fundo do Município de Porto Alegre destinado, principalmente, à prevenção na questão da segurança pública, que destina os seus recursos para ampliar os equipamentos da Guarda Municipal, para que o Governo do Município possa pagar horas extras para a Brigada Militar, quando tiver as datas especiais, a necessidade de ampliar o contingente da Brigada Militar no Município de Porto Alegre, equipar a nossa Guarda Municipal, é de extrema relevância. Eu acho que os fundos são muito bem vistos na cidade de Porto Alegre, até porque esses fundos, todos eles, vêm com recursos de contribuições de empresas, da sociedade civil organizada. Agora, o que cabe a nós é preservar que esses fundos tenham os seus destinos, que esses fundos sejam administrados, geridos pelas suas Pastas, e que tenham a destinação por eles criada.

Segurança pública é um clamor popular. Nós estamos vendo, semanal e mensalmente, índices de guerra na área de segurança pública. As pessoas tombando, as pessoas caindo, principalmente nas comunidades mais carentes. E nós temos que combater isso em nível estadual, federal e principalmente municipal, dando a sua contribuição. Tenho certeza de que será por maioria absoluta a aprovação da criação de um fundo de segurança, quando vamos, com certeza, todos nós nos dedicar para que esse fundo tenha um aporte muito grande de recursos. Nós estamos iniciando a contribuição para que comece a ter alguma saída a segurança pública no Município de Porto Alegre, com seus recursos próprios. Isso é imprescindível para garantir vidas; isso é imprescindível para garantir o bem-estar das pessoas, porque nessa guerra, geralmente, quem tomba são os trabalhadores, quem tomba são as pessoas inocentes, muitas vezes por bala perdida, muitas vezes por verem coisas que as pessoas não acreditam, pessoas tomarem conta de suas casas, tomarem conta de suas famílias.

Então, eu acho que é imprescindível a Guarda Municipal estar presente nas comunidades carentes; é imprescindível nós dispormos de recursos para a Brigada Militar; é imprescindível a Câmara de Vereadores participar. E eu quero dizer que, toda vez que a Secretaria de Segurança do Município foi chamada nesta Casa, foi acionada através da Liderança do Governo, ela esteve presente para discutir assuntos, inclusive, dos concursados da Guarda Municipal. Então, se um Vereador tiver alguma reivindicação para tratar com a Secretaria de Segurança do Governo, nos procure que nós vamos acionar a Secretaria de Segurança. O Cel. Kleber, sempre que foi chamado por nós, esteve aqui presente, nunca se furtou de vir discutir os temas da Cidade, procuramos uma pessoa que conhece a segurança pública, uma pessoa que atuou na Copa do Mundo e nessa área de segurança pública e que tem o maior interesse de melhorar a segurança pública da nossa Cidade. Com certeza absoluta, esse fundo irá ajudar muito a Guarda Municipal e a segurança pública do Município de Porto Alegre, por isso encaminhamos para a aprovação deste projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCL nº 001/17.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein; colegas Vereadores e Vereadoras, o fato que estamos discutindo nesta tarde aqui é de extrema importância, ainda mais nos moldes em que nos é proposto pelo Presidente da Câmara, Cassio Trogildo, como um fundo municipal. Na minha avaliação, nós não temos tratado bem os temas dos fundos municipais. Aqui já houve críticas, há sumiço de dinheiro de fundos para o caixa único, e nós tanto badalamos, a partir de 2011, com a Lei de Acesso à Informação – LAI, que tudo estaria claro e objetivamente à disposição de qualquer cidadão, no *site* das administrações, mas não é bem assim. Temos que constituir esse fundo para que, de forma clara, objetiva, com ampla divulgação, possamos dizer, Ver. Cassio, como contribuir, como se gasta, como se pode trabalhar a formação e a formatação desse fundo, porque eu creio que dessa maneira nós daremos conta de um conjunto de questões que hoje são precaríssimas. Sei, inclusive, que há pessoas se mobilizando para ajudar a arrumar o posto da Brigada Militar, no Centro, lá na curva do bonde, naqueles bares, na parte superior, que estão vergonhosamente caindo aos pedaços. Não se pode deixar essa companhia – nenhuma, mas esta em especial – pela importância de cuidar do Centro Histórico. A Guarda precisa de um espaço. Sei, inclusive, que há pessoas fazendo uma campanha para ajudar o Governo a dar um espaço a nossa Guarda.

Nós não podemos continuar a ter, em alguns espaços públicos, empresas terceirizadas de quinta categoria, como pessoas que deveriam estar fazendo portaria, mas não fazem, fazem de tudo um pouco, quando ali poderíamos e deveríamos ter um guarda municipal altamente capacitado. Nós temos praças que precisam ter viaturas da Guarda trabalhando em rodízio com o Brigada Militar. Daqui a pouco faremos nova

licitação para aqueles espaços ao lado da Caixa Econômica Federal, todos fechados. Já tivemos licitações desertas. Mas ali, na Praça da Alfândega, é um ponto de tráfico violento. Então temos que ter esse olhar, esse cuidado. Recursos vão faltar, mas, se fizermos amplas campanhas para que as pessoas depositem em um fundo municipal, que ele tenha uma gerência efetiva e um demonstrativo mensal dos seus gastos, tenho certeza que muitos recursos serão carreados para esse fundo. Por isso, nós estamos aqui na sua defesa para o bem-estar da cidade, e uma cidade para as pessoas significa segurança para todos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLCL nº 001/17.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Ver. Cassio Trogildo, autor desse importante projeto, V. Exa. acerta no tema, até porque eu desconheço qualquer Vereador que seja contra a segurança pública e que não tenha demandas diárias sobre segurança pública. Aonde quer que estejamos, há alguém hoje em Porto Alegre reclamando da falta de segurança no nosso Município. Quando aqui se diz que a segurança deve ser encarada assim como nós encaramos a saúde e a educação, com fundos e com programas nacionais, concordo plenamente. Está aqui o representante da Guarda Municipal, nosso colega Fernando, que sabe das dificuldades de se fazer segurança quando faltam recursos.

Portanto, sou totalmente favorável ao projeto do Ver. Cassio. Até gostaria de lhe dizer, Vereador, sobre a sua emenda em que V. Exa. retira artigos e parágrafos importantes do projeto tendo em vista o vício de origem, mas quero sugerir a V. Exa. que de alguma forma leve ao Paço Municipal, ao Executivo para que tome as providências na hora de regulamentar e possa incluir os artigos que foram retirados para retirar o vício de origem, como o art. 2º...

O Sr. Cassio Trogildo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Agradeço a contribuição e quero lhe dizer que, tão logo nós tenhamos a aprovação do projeto, e aí, na aprovação, nós retiramos essa parte que o senhor está elencando que tem vício de origem, nós faremos uma Indicação ao Governo para que, na regulamentação do projeto, possa incluir essa parte que tinha vício de iniciativa. Muito obrigado.

O SR. MAURO PINHEIRO: Muito bem, Ver. Cassio, porque são artigos importantes do projeto. O art. 2º, incs. II e III, conforme está previsto na sua emenda, onde prevê recursos de 20% dos valores repassados à Prefeitura Municipal de Porto Alegre pela empresa cessionária de serviços de estacionamento rotativo, pagos em vias e logradouros públicos municipais. O senhor sugere que esses 20% sejam colocados nesse fundo, mais os 20% de valores repassados da Prefeitura Municipal de Porto

Alegre, pelo Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul – Detran, referente ao retorno de multas de trânsito do Município de Porto Alegre. Então, o senhor já previa recursos do fundo através das multas e também dos estacionamentos na cidade de Porto Alegre, e, com certeza, também prevê como vai ser regulamentado esse fundo, com controle inclusive do Tribunal de Contas do Estado. Portanto, sou totalmente favorável e sei da necessidade da sua emenda, do contrário, deixaria o projeto inviável. Queremos, desde já, dizer que somos favoráveis a sua Indicação, para que o Executivo assumira esse compromisso depois de aprovado o seu projeto de lei, que, tenho certeza, será pela grande necessidade da preocupação com a segurança pública e a previsão de fundos, porque os recursos são necessários. O Ver. Ferronato pede que a nossa fala seja considerada pela fala do Bloco dos Independentes tendo em vista total apoio ao seu projeto; votaremos favoravelmente. Tenho certeza de que, com isso, buscaremos mais recursos para a segurança de Porto Alegre. Conte conosco.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 ao PLCL nº 001/17

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLCL nº 001/17.

Apregoo a Emenda nº 04, de autoria do Ver. José Freitas, ao PLCL nº 001/17.

Apregoo a Emenda nº 05, de autoria do Ver. José Freitas, ao PLCL nº 001/17.

Em votação o PLCL nº 001/17. (Pausa.) O Ver. Rafão Oliveira está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 001/17.

O SR. RAFÃO OLIVEIRA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o assunto segurança pública, com certeza, é uma ferida aberta que está precisando de uma profilaxia urgente. Nesse sentido, a proposta do Ver. Cassio Trogildo vem somar para minimizar essas ações que não são causadas apenas pelo Município, 90% dos crimes que acontecem nos municípios ocorrem por violação de fronteira, ou seja, tráfico de drogas e tráfico de armas. Noventa por cento! Em 90% o Estado refaz o seu orçamento, reinvestindo em segurança pública, em tratamento de drogados, porque as fronteiras não estão fechadas. Segurança pública deve ser, sem dúvida, uma matéria integrada nos níveis nacional, estadual e municipal. Nós precisamos, além de tudo, de um projeto de integração que não temos, não saiu do papel ainda. O Município é credor de segurança do Estado. Nós hoje estamos aprovando um projeto que vai ajudar, com certeza, o Estado do Rio Grande do Sul, e oferecer ao Município de Porto Alegre condições para que possa investir em inteligência, treinamento, educação. Sem dúvida alguma, o maior exército para combater o crime é o

magistério. Senhores, eu agradeço o Líder da bancada, Ver. Paulo Brum; e encaminho a aprovação do projeto do Presidente Cassio Trogildo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 001/17.

A SRA. MÔNICA LEAL: Boa tarde a todos. Eu já perdi as contas de quantas vezes na minha vida eu utilizei esta tribuna para falar sobre segurança pública, sobre o caos que nós estamos vivendo. As pessoas cada vez mais enjauladas dentro das suas casas, com alarmes, com cães ferozes, e quem não tem essa possibilidade corre risco; e a bandidagem solta, policiais sem condições, efetivo baixo, armamento defasado, sem combustível. Não é de hoje que eu tenho dito que segurança pública só é prioridade em época de campanha política dos nossos governantes. Então, Vereador-Presidente, eu utilizo esta tribuna para dizer que chega em boa hora um olhar com mais atenção, um olhar focado no Município, que é credor de segurança pública do Governo do Estado. Nós precisamos brigar muito por atendimento aos nossos valorosos homens que defendem nossas vidas sem as mínimas condições; pessoas que, inclusive, já estiveram nesta Casa solicitando que não usassem a farda da Brigada Militar, quando utilizavam transporte público, porque corriam risco de vida. Foi com imensa tristeza que votei neste projeto, mas sabedora da necessidade.

Então, segurança pública é o clamor da população, é o clamor do povo de Porto Alegre, do povo gaúcho, do brasileiro. Se a Capital pode dar uma demonstração de preocupação aprovando este fundo, eu utilizo esta tribuna, Vereador, para dizer que votarei a favor. Conte sempre comigo em tudo aquilo que estiver ao meu alcance para ajudar a segurança pública do meu Estado, da minha Cidade, bem como os valorosos policiais, que defendem nossas vidas com as suas, sem as menores condições.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 001/17.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, senhoras e senhores. Gostaria de saudar a iniciativa do Ver. Cassio com este projeto, sei que outros Vereadores da Casa também tinham intenção de fazer um projeto semelhante, tenha aqui o meu respeito e meus parabéns pela iniciativa, acredito que é muito importante. O tema da segurança pública tem sido uma constante nas manchetes de jornais da nossa Cidade, e não podemos ficar inertes ao que está ocorrendo. Acredito que essa é uma resposta muito boa da Câmara para o problema.

Gostaria de destacar especialmente a Emenda nº 03. Retirei a Emenda nº 02 para adicionar à Emenda nº 03 um outro termo, que seria permitir doações de pessoas físicas e jurídicas ao Fundo Municipal. Então apenas quero deixar claro isso.

Ainda gostaria de manifestar uma certa aflição que, particularmente, tenho com relação ao tema, porque sabemos que todos nós pagamos muitos impostos. No Brasil, pagamos muitos impostos, com muito pouco retorno em serviço público, e com a segurança pública não é diferente. Então, por um lado, me sinto de coração dividido de ter que ajudar a montar um Fundo de Segurança Pública, com mais recursos do pagador de impostos, por não ter seus primeiros impostos sido aplicados na segurança. Por outro lado, entendo, sim, que é deveras necessário que tenhamos essa postura, que não exige – essa é a melhor parte do Fundo – que se coloquem valores, não é um aumento de imposto, não é um tributo, mas, sim, dá liberdade para que os cidadãos, as organizações, enfim, a sociedade civil, conforme o seu interesse, possa ajudar a promover e melhorar a nossa segurança pública. Portanto, saúdo e coloco aqui o meu encaminhamento de voto favorável ao projeto e às emendas. Muito obrigado e parabéns ao Vereador proponente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 001/17.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, encaminhamos aqui pela Bancada do PMDB, por esta Vereadora e pelos Vereadores Idenir Cecchim, André Carús, Mendes Ribeiro e Valter Nagelstein, favoráveis a esse Fundo Municipal de Segurança Pública. É um projeto que vem mostrar, sim, que Porto Alegre está à frente no que diz respeito à segurança dos seus municípios, mostrando que segurança pública é um guarda-chuva. Um guarda-chuva que se faz, além de ter as suas polícias, a Guarda Municipal, os bombeiros, com educação, com saneamento básico, com iluminação, com poda, com o comprometimento de todos que querem, sim, participar de forma alternativa dessa questão do Fundo Municipal.

Quero dizer que fico feliz de estar encaminhando pela nossa bancada. Temos exemplos maravilhosos pelo interior do Estado, posso aqui exemplificar Teutônia, onde estive há umas duas semanas e que teve condições de construir dois prédios, um para a Delegacia de Polícia Civil e outro prédio para a Brigada Militar. Com que recursos? Com o recurso exatamente do Consepro de Teutônia, mostrando ali que a comunidade, o Executivo e o Legislativo entendem da importância de estarem juntos, além do Judiciário e do Ministério Público. Tenho certeza que Porto Alegre ganha com essa criação do Fundo Municipal de Segurança Pública, mas desde que todos os órgãos, que todos os atores entendam da importância de ali também fazerem os seus depósitos: Ministério Público, Judiciário e Executivo, se for o caso, Legislativo, e a comunidade em seu todo, seja através de empresas, através de TACs, ou a partir de

multas, como foi muito bem lembrado aqui pelo Ver. Cassio. Ver. Cassio, tens, da Bancada do PMDB, o nosso voto favorável. Parabéns pelo projeto. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver.^a Comandante Nádia. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 001/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vou fazer um encaminhamento final, porque acho que o Ver. Rafão fez uma referência importante sobre o tema dos educadores, dos professores, importante sobre o déficit, sobre o quanto Porto Alegre deixa de receber do Governo do Estado de cuidado, é a Capital dos gaúchos. A maior concentração da população gaúcha está nesta Capital e na região metropolitana. Daqui, com certeza, se gera segurança para o Estado inteiro – com toda a certeza. Isso que eu não entendo e não sou da área técnica. Também me chamou a atenção que o projeto é fundo de esportes e segurança pública. E acho que a nossa Casa tem uma grande oportunidade, Vereadores, de ajudar o Município a fazer segurança, trabalhando para que a Secretaria Municipal de Esportes não seja extinta, para que nós tenhamos a estrutura de esportes instalada na periferia da Cidade, na Cidade toda funcionando a pleno. Imaginem se esse Fundo de Segurança captar recursos de verdade e puder melhorar os centros comunitários, que hoje têm pouquíssimas condições, iluminação... Onde está iluminado é porque a população se organizou e iluminou. Como o Centro de Comunidade Primeiro de Maio – Ceprima, aqui na zona norte da Cidade, que visitei, onde a quadra de esportes de basquete é iluminada e, à noite, é utilizada pela comunidade – de basquete, de vôlei, ela é multiuso; ou o Centro Regional Restinga e Extremo Sul – Cecores; ou aqui mesmo o Ararigbóia. Eu poderia citar vários dos parques e praças que a comunidade organizou uma associação de usuários do parque e que contribui mensalmente e ali repõe lâmpadas, ventilador, fechadura, cerca, tela, para poder dar condições de uso de parques e praças para a nossa gurizada utilizar, para os nossos jovens adultos utilizarem. Ora, não há condições de um trabalho tão importante para a segurança pública continuar se ele ficar nesse grande guarda-chuva. E nós estamos em um trabalho muito bonito, coletivo, suprapartidário para tentar sensibilizar o Prefeito Marchezan de que é necessário e barato fazer segurança com uma Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação.

De outro lado, o tema da educação. Nós temos uma rede de escolas em Porto Alegre muito grande, entre Estado e Município. Infelizmente a rede estadual é vilipendiada, e a educação municipal está indo para o mesmo caminho. Hoje é um dia muito triste, porque é um dia em que as escolas municipais tiveram que parar seus pais e mães, as que se organizaram suficientemente, 12 escolas de ensino fundamental, porque não concordam com essa rotina imposta. E essa rotina está jogando as crianças na insegurança. O que o Secretário Adriano vinha dizer aqui, que, nas quintas-feiras, as crianças eram jogadas na vulnerabilidade, às 10h... Ora, o Prefeito reduziu o tempo das

crianças! Agora a aula é das 8h às 12h; agora são quatro horas diárias só! As crianças chegam entre 7h e 7h30min e elas não podem ficar sozinhas. Os pais estavam parando hoje, na frente das salas de aulas, porque não concordam!

Então, se segurança pública passa pelas escolas, nós precisamos sensibilizar o Governo Municipal, porque as escolas poderiam, com esse fundo, abrir aos finais de semana, com monitoria, com extraclasse. Pelo que entendi, o fundo é para isso mesmo, as ações são para o esporte, são para ações alternativas, são para espaços alternativos, e nós queremos que ele funcione e que tenha esse olhar prioritário. Na Lomba do Pinheiro, no Céu, nós fizemos uma reunião da CECE, está praticamente pronto: tem uma pista de esquite, quadra de esportes, sala multiuso. Nós fizemos uma boa reunião da CECE, e esse espaço precisa ficar pronto, mas ele terá que ter ativação de profissionais, senão daqui a pouco estará depredado.

Portanto, toda força ao Fundo de Segurança Pública, que tenha política pública de segurança da Prefeitura, da parte que a Prefeitura pode fazer, que é impulsionar o esporte, a educação para além dos muros, na parceira com as comunidades, porque elas estão na luta, elas estão organizadas, seja parando escolas, seja organizando a associação dos amigos de praças e parques. O Prefeito precisa trabalhar com essas energias, apostar nessas energias. Portanto espero que sancione, inclusive, esse fundo. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon.

O SR. CASSIO TROGILDO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que votemos em bloco as Emendas nº 01, nº 03, nº 04 e nº 05 ao PLCL nº 001/17.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o bloco das Emendas nº 01, nº 03, nº 04 e nº 05 ao PLCL nº 001/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, o PLCL nº 001/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 31 votos **SIM.**

O SR. CASSIO TROGILDO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 207/15. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 2060/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 207/15, de autoria do Ver. Paulo Brum, que determina a adaptação de, no mínimo, 1 (um) banheiro masculino e 1 (um) banheiro feminino para o uso de pessoas com deficiência física, em prédios públicos localizados no Município de Porto Alegre.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- Com Emenda nº 01;
- incluído na Ordem do Dia em 29-05-17 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em discussão o PLL nº 207/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Paulo Brum está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 207/15.

O SR. PAULO BRUM: Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, este é um projeto que nem necessitaria ser apresentado. A pessoa, independente se tem deficiência ou não, tem direito a utilizar um banheiro público, de uso público. O projeto é muito singelo (Lê): “Determina a adaptação de, no mínimo, 1 (um) banheiro masculino e um banheiro feminino para o uso de pessoas com deficiência física, em prédios públicos localizados no Município de Porto Alegre. Art. 1º Fica determinada a adaptação de, no mínimo, um banheiro masculino e um banheiro feminino para o uso de pessoas com deficiência física, em prédios públicos localizados no Município de Porto Alegre. § 1º A adaptação referida no *caput* deste artigo dar-se-á em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. § 2º Em caso de impossibilidade de atendimento ao disposto neste artigo, deverá ser apresentada outra proposta para análise do órgão competente. Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Nós apresentamos uma emenda que determina a adaptação de um banheiro público masculino e um feminino em prédios públicos e em edificações de uso público e de uso coletivo, mesmo que de propriedades privadas localizadas no Município de Porto Alegre. Ou seja, todos os prédios de uso público têm no mínimo um banheiro

masculino e um banheiro feminino. Portanto, Sr. Presidente, como falei no início, é um projeto singelo que vem possibilitar mais uma ação de inclusão social das pessoas com deficiência especial aqui no nosso Município de Porto Alegre. Aproveito para dizer que a nossa Câmara Municipal é um exemplo de acessibilidade. Todos os nossos banheiros têm também um banheiro adaptado para uso masculino e para uso feminino.

Peço, então, às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores que aprovem esta minha humilde proposta de inclusão social das pessoas com deficiência, em especial, no nosso Município de Porto Alegre. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 207/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a contrariedade dos Vereadores Felipe Camozzato, Reginaldo Pujol e Cassiá Carpes.

Em votação o PLL nº 207/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. MÔNICA LEAL (Requerimento): Presidente, solicito a retirada do PLL nº 067/17 da ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Presidente, na realidade, é um aviso de utilidade pública à população e aos colegas Vereadores que, nesta semana, de segunda a sexta-feira, está disponível para toda a população a vacina contra a gripe, gratuita em todos os postos de saúde, centros de referência, os centros de atendimento até as 22h e os de atendimento também no horário comercial. É um aviso da Secretaria Municipal de Saúde, o Secretário Erno nos enviou agora: vacinação gratuita para toda população nas unidades de saúde o município de Porto Alegre.

O SR DR. THIAGO (Requerimento): Solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que possamos, logo após a votação da Indicação nº 012/17, passar à discussão e votação do PLL nº 233/16. Após retornarmos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Vereador, não poderá ser colocado em discussão pois está aguardando o cumprimento de requisitos regimentais.

Esta Presidência faz um Requerimento solicitando que seja incluída na ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje o Requerimento nº 118/17 e o Requerimento nº 122/17 e que, imediatamente, sejam votados. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 122/17 – (Proc. nº 1566/17 – Ver. Rafão Oliveira) – requer seja o período de Comunicações do dia 01 de junho destinado a assinalar o transcurso dos 50 anos do Grupamento de Operações Especiais da Polícia Civil (GOE).

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 122/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 118/17 – (Proc. nº 1495/17 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 01 de junho destinado a assinalar o transcurso dos 15 anos da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (Fase/RS).

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 118/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada da Indicação nº 022/17 da ordem de priorização de votação do dia de hoje e que entre na ordem de priorização, em primeiro lugar, na Sessão do dia 5 de junho.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. MAURO PINHEIRO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que possamos, logo após a votação da Indicação nº 012/17, votar o Requerimento nº 069/17. Após retornarmos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

INDICAÇÃO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

IND. Nº 012/17 – (Proc. nº 1053/17 – Ver. Reginaldo Pujol) – ao Governo Municipal, que sugere “ ao diretor da Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC – e ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana a reordenação do trânsito na Rua José do Patrocínio (trecho compreendido entre a Av. Loureiro da Silva – 1ª Perimetral – e Av. Venâncio Aires), com eliminação da permissão de estacionamento em um dos lados do mencionado logradouro”.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Indicação nº 012/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 069/17 – (Proc. nº 0871/17 – Ver. Mauro Pinheiro) – requer a constituição da “Frente Parlamentar em Defesa da Sustentabilidade”.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 069/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 17h39min): Está encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1073/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 015/17, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que inclui art. 8º-A na Lei Complementar nº 382, de 24 de julho de 1996 – que regulamenta o art. 103 da Lei Orgânica do Município e dá outras providências (audiência pública) –, obrigando o comparecimento de representante da Administração Direta ou da Administração Indireta do Município de Porto Alegre às audiências públicas concedidas pelo Executivo ou Legislativo Municipais.

PROC. Nº 2379/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 233/16, de autoria do Ver. Dr. Thiago e outros, que inclui o evento Setembro Amarelo – Mês de Prevenção ao Suicídio e de Valorização da Vida no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de setembro.

PROC. Nº 1074/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 016/17, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que inclui inc. V no *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 744, de 28 de outubro de 2014, incluindo a construção, a reforma e a manutenção de estruturas físicas para a prática de esportes com bicicleta no rol de aplicações dos recursos arrecadados pelo Fundo Municipal de Apoio à Implantação do Sistema Ciclovitário FMASC.

PROC. Nº 1869/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 185/16, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que altera o art. 7º e inclui art. 7º-A na Lei nº 10.260, de 28 de setembro de 2007, e alterações posteriores, destinando recursos para o estabelecimento de convênios com entidades sem fins lucrativos que tenham como finalidade social específica a promoção de campanhas de educação para o trânsito e determinando a realização desses convênios.

PROC. Nº 0934/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 099/17, de autoria do Ver. André Carús, que institui o Sistema Colaborativo de Segurança e Monitoramento no Município de Porto Alegre.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0798/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 074/17, de autoria da Ver^a. Margarete Moraes, que obriga as unidades de saúde do Município de Porto Alegre a disponibilizar equipamentos adaptados às necessidades de mulheres com deficiência para a realização de exames de saúde.

PROC. Nº 0810/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 077/17, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga e outros, que inclui a efeméride Semana Municipal da Cerveja Artesanal – Festa da Cerveja Artesanal no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana que incluir o dia 15 de novembro.

PROC. Nº 1314/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 023/17, de autoria do Ver. Paulo Brum, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, em 2ª Sessão de Pauta, temos três projetos de repercussão: o primeiro, da Margarete Moraes, que obriga as Unidades de Saúde do Município de Porto Alegre a disponibilizar equipamentos adaptados às necessidades de mulheres com deficiência para a realização de exames de saúde; o segundo, do Prof. Alex Fraga e outros, que inclui a efeméride Semana Municipal da Cerveja Artesanal – Festa da Cerveja Artesanal no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre; e, finalmente, o terceiro, do Ver. Paulo Brum, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE, Distribuidora.

Acho que esse terceiro projeto, Sr. Presidente, com toda tranquilidade e serenidade e sem nenhum constrangimento de ser aposentado dessa empresa, acho que o Ver. Paulo Brum, que trabalha no mesmo sentido, acerta em requerer que a Casa conceda o troféu de honra ao mérito à CEEE, num momento de grande discussão em torno da sua existência. Em verdade, as empresas distribuidoras de energia elétrica no Brasil, em sua totalidade, têm enfrentado dificuldades enormes de sobrevivência. Nisso houve alguns erros na política nacional de energético, que não cabe ser analisado, nem rediscutido no presente momento, porque “águas passadas não movem moinhos”. Mas no momento em que se cogita, inclusive, da privatização da CEEE distribuidora, convicto que sou de que a privatização não é nenhum pecado, muito pelo contrário, é solução em muitas das circunstâncias, eu tenho justificado infundadas dúvidas de que, no caso da CEEE Distribuidora, seja uma boa alternativa para o Estado, até por que a CEEE hoje tem em verdade um grande potencial, que é a concessão por inúmeros anos

da distribuição da energia elétrica, em cerca de 40% dos usuários de energia no Rio Grande do Sul, e obviamente, nessas condições, precisa ser devidamente considerado. No resto, na crise econômica que vive o País, especialmente o setor energético, o que ela tem são muitas dívidas e um enorme passivo trabalhista, um dos quais, inclusive, um débito com a Fundação CEEE Seguridade Social, que é uma instituição dos servidores da CEEE e que ao longo tempo contribuíram para construir esta entidade suplementar de previdência privada. Por isso, Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Ver. Paulo Brum, que teve hoje aprovado um de seus projetos, e que certamente haverá de ter aprovada também essa proposição, para a qual desde logo eu ofereço a minha solidariedade.

Por óbvio, e mesmo de passagem, não posso deixar de registrar que a proposição do Ver. Alex Fraga de incluir os festejos da cervejaria artesanal no nosso calendário artístico, cultural, turístico do Município é uma boa ideia. Esse fato já está se projetando não só em Porto Alegre, como em várias cidades do interior do Estado, é um ressurgimento das velhas, pequenas e importantes cervejarias, que por muito tempo foram a característica do Rio Grande do Sul e que, com o processo de engordamento das grandes marcas internacionais, das grandes empresas, foram desaparecendo ou sendo engolidas progressivamente. É também um bom projeto a merecer a nossa atenção.

Finalmente, a proposição da Ver.^a Margarete Moraes, que obriga as Unidades de Saúde do Município de Porto Alegre a disponibilizar equipamentos adaptados às necessidades de mulheres com deficiência para a realização de exames de saúde. Proporia à Bancada do Partido dos Trabalhadores que, no momento não está presente, ajeitasse esse projeto. A expressão “obriga” dificulta a aprovação de uma proposta que objetivamente pode ser até bem considerada dentro da proposta da ex-Presidente da Casa, nossa ex-colega, atual Suplente, que há pouco esteve aqui participando das nossas atividades normais, e que evidentemente merece a nossa atenção. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h47min.)

* * * * *